



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (FCI)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
(PPGCINF)

Fernanda Aguiar Barbosa

**Usos de plataformas de redes sociais da web: uma abordagem
sobre desinformação e postagens enquanto documentos digitais**

Brasília, 13 de dezembro de 2023



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (FCI)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
(PPGCINF)

**Usos de plataformas de redes sociais da web: uma abordagem
sobre desinformação e postagens enquanto documentos digitais**

Discente: Fernanda Aguiar Barbosa
Orientadora: Professora Dra. Cynthia Roncaglio

Brasília, 13 de dezembro de 2023



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (FCI)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
(PPGCINF)

**Usos de plataformas de redes sociais da web: uma abordagem
sobre desinformação e postagens enquanto documentos digitais**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de concentração: Gestão da Informação. Linha de pesquisa: Informação, tecnologias e documentos.

Discente: Fernanda Aguiar Barbosa
Orientadora: Professora Dra. Cynthia Roncaglio

Brasília, 13 de dezembro de 2023

“Dedico este trabalho ao meu pai, que me ensinou que na vida devemos fazer aquilo que gostamos. À minha mãe, meu apoio físico e emocional, que está sempre pronta para me ajudar, não importa quando nem como. Ao meu filho, que cresceu dividindo minha atenção com os estudos, mas que por ser tão iluminado, sempre me compreendeu e me ajudou de forma madura e sensível. Ao meu irmão, minha outra metade, que sempre me admirou e acreditou em mim. Obrigada família, amo vocês!

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AB238u Aguiar Barbosa, Fernanda
USOS DE PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS DA WEB: UMA
ABORDAGEM SOBRE DESINFORMAÇÃO E POSTAGENS ENQUANTO
DOCUMENTOS DIGITAIS. / Fernanda Aguiar Barbosa; orientador
Cynthia Roncaglio. -- Brasília, 2024.
105 p.

Dissertação(Mestrado em Ciência da Informação) --
Universidade de Brasília, 2024.

1. Fonte de informação. . 2. Plataformas de redes
sociais digitais.. 3. Documento digital. . 4. Desinformação.
I. Roncaglio, Cynthia , orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ata Nº: 39

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, instalou-se a banca examinadora de Dissertação de Mestrado da aluna Fernanda Aguiar Barbosa, matrícula 21/0007249. A banca examinadora foi composta pelos professores Dra. Georgete Medleg Rodrigues / membro interno / PPGCINF/UnB, Dra. Regina Maria Marteleto / Membro externo / UFRJ, Dra. Ivette Muñoz Kafure / PPGCINF/UnB, Suplente e Dra. Cynthia Roncaglio / orientadora/presidente / PPGCINF/UnB. A discente apresentou o trabalho intitulado “**Usos de plataformas de redes sociais da web: uma abordagem sobre desinformação e postagens enquanto documentos digitais**”.

Concluída a exposição, procedeu-se a arguição da candidata, e após as considerações das examinadoras o resultado da avaliação do trabalho foi:

() Pela aprovação do trabalho;

(X) Pela aprovação do trabalho, com revisão de forma, indicando o prazo de até 30 dias para apresentação definitiva do trabalho revisado;

() Pela reformulação do trabalho, indicando o prazo de **(Nº DE MESES)** para nova versão;

() Pela reprovação do trabalho, conforme as normas vigentes na Universidade de Brasília.

Conforme os Artigos 34, 39 e 40 da Resolução 0080/2021 - CEPE, o(a) candidato(a) não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dra. Cynthia Roncaglio, PPGCINF/UnB
(Presidente/orientadora)

Dra. Georgete Medleg Rodrigues, PPGCINF/UnB
(Membro interno)

Dra. Regina Maria Marteleto, UFRJ
(Membro externo)

Dra. Ivette Muñoz Kafure, PPGCINF/UnB
(Suplente)

Fernanda Aguiar Barbosa
(Mestranda)



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia Roncaglio, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 19/02/2024, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Michelli Pereira da Costa, Vice-Coordenador(a) da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 21/02/2024, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Georgete Medleg Rodrigues, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 23/02/2024, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Aguiar Barbosa, Usuário Externo**, em 27/02/2024, às 22:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto, Coordenador(a) da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 17/03/2024, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Maria Marteleto, Usuário Externo**, em 18/03/2024, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10927134** e o código CRC **CBA8A2DA**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me ajudaram nessa jornada, compreendendo minhas ausências – como meu filho, Davi, e meu namorado Marco Túlio. Agradeço em especial à minha orientadora, Prof.^a Dra. Cynthia Roncaglio, que me guiou com seu conhecimento e experiência, sua empatia e pronta colaboração. Obrigada!

“Vivemos tempos líquidos.
Nada é para durar.”
(Zygmund Bauman)

RESUMO

A internet tem se fortalecido como um aparelho social de poder no qual plataformas de redes sociais são protagonistas. Essas plataformas são cada vez mais usadas, diariamente, como fontes de informação e não apenas como meio de entretenimento. Por outro lado, essa prática informacional revela a possibilidade de se olhar para as postagens das mídias sociais como um novo tipo de documento digital. E possibilita pensar sobre o que se pode esperar desse novo modelo de informação, quais são os riscos, se há chances de se deparar com frequência com o fenômeno da desinformação, dentre outros aspectos. Este trabalho objetivou analisar o atual modo de se informar por meio das plataformas de redes sociais, a fim de compreender os desdobramentos relativos à essa prática informacional, como a discussão documental relativa às postagens e a ocorrência da desinformação. O método adotado foi o bibliográfico, de natureza exploratória-qualitativa, com aplicação de questionário. Concluiu-se a partir dos resultados desta pesquisa, que de fato, a prática informacional foi alterada e esta transformação foi influenciada pela inclusão das plataformas de redes sociais na vida cotidiana, sendo o risco da desinformação, uma das consequências possíveis dessa nova prática. Por fim, a pesquisa pretende contribuir para os estudos da gestão da informação; estudos sobre novas documentalidades digitais e estudos sobre desinformação.

Palavras-chave: Fonte de informação. Plataformas de redes sociais digitais. Documento digital. Desinformação.

RESUMEN

La internet se ha fortalecido como un dispositivo social de gran poder, en el que las plataformas de redes sociales digitales son protagonistas. Estas plataformas son cada vez más usadas diariamente como fuentes de información, no sirviendo solamente como medio de entretenimiento. Además, esta práctica informativa oportuniza mirar a las publicaciones de estas medias sociales, como un nuevo tipo de documento digital. Y también permite pensar sobre lo que se puede esperar de este nuevo modelo de información, cuáles son los riesgos, si se puede encontrarse con frecuencia con el fenómeno de la desinformación entre otros aspectos. Este trabajo tiene como objetivo analizar la forma de informarse por medio de las plataformas de redes sociales, a fin de comprender los desarrollos en relación con esta práctica informativa, como la discusión documental en relación con las publicaciones y la ocurrencia de desinformación. El método adoptado fue el bibliográfico, de naturaleza exploratorio-cualitativa con el uso de cuestionarios en la coleta de los datos. Fue posible concluir a partir de los resultados de esta investigación que, ciertamente, la práctica informacional cambió y este cambio fue influenciado por la inclusión de las plataformas de redes sociales digitales en la vida cotidiana, siendo el riesgo de la desinformación, una de las consecuencias posibles de esta nueva práctica. Por fin, esta pesquisa pretende contribuir a los estudios sobre la gestión de la información, estudios sobre nuevas documentalidades digitales y estudios sobre la desinformación.

Palabras llave: Fuente de información. Plataformas de redes sociales digitales
Documento digital. Desinformación.

ABSTRACT

Internet has been enhanced as an empowered social instrument. in which social medias platforms are protagonists These platforms have been increasingly used as a type of information source by users, daily, not only be seen as an entertainment tool. On the other hand, this new way of getting information reveals the possibility of understanding the posts of those social medias, as a new kind of digital record. But there is an increasing concern about what is expected from that new model of information. This paper aims, though, to analyze the current information usage throughout digital social networks. The adopted method used is bibliographical, with qualitative exploratory nature, with the application of forms to interview a group of people. The paper concluded that, indeed, the informational practice nowadays, had been changed by the usage of digital social media platforms, in people's habit. It is also possible to conclude, that the risk of disinformation is one of the consequences of such new informational practice. As a result, this paper aims to stimulate future discussions on information management, on digital records through the analysis of the posts, and on disinformation.

Keywords: Information source. Platforms of digital social medias. Digital Record. Disinformation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Desordem da Informação	35
Gráfico 1 – Fontes de notícias no Brasil 2013-2021	18
Gráfico 2 – Compartilhamento de notícias	19
Gráfico 3 – Crença em notícias	19
Gráfico 4 – Média das plataformas de redes sociais usadas no consumo de notícias. ...	19
Gráfico 5 – Plataformas de rede social são sua fonte principal de informação?	62
Gráfico 6 - Se informa pelo perfil de jornalistas?.....	68
Gráfico 7 - Se informa pelo perfil de influenciador digital?.....	69
Gráfico 8 – Costuma checar as informações? Adolescentes	71
Gráfico 9 – Costuma checar as informações?.....	71
Gráfico 10 – Costuma compartilhar postagens?.....	72
Gráfico 11 – Confia no <i>Facebook</i> ?.....	75
Gráfico 12 – Confia no <i>Twitter</i> ?.....	76
Gráfico 13 – Alto número de likes e compartilhamento = informação verdadeira?.....	78
Gráfico 14 – Baixo número de likes e compartilhamento: informação falsa.....	79
Gráfico 15 – Compartilha desinformação?.....	81
Gráfico 16 - Já compartilhou desinformação deliberadamente?.....	82
Gráfico 17 - As plataformas de redes sociais são imparciais?.....	84
Gráfico 18 - Mudaria sua forma de se informar?.....	86
Gráfico 19 - Se informa sobre política por de redes sociais?.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias	24
Quadro 2 – Trabalhos Desinformação	37
Quadro 3 - Conceitos de documento.....	43
Quadro 4 – Classificação documento digitais.....	51
Quadro 5 – Função da informação.....	55
Quadro 6 – Motivo da escolha das plataformas de redes sociais.....	64
Quadro 7 – Motivação de compartilhamento.....	74
Quadro 8 - Intenção de compartilhamento de desinformação.....	82

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Problema.....	17
1.2 Objetivos.....	20
1.2.1 Objetivo geral.....	20
1.2.2 Objetivos específicos.....	21
1.3 Justificativa.....	21
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
4 REVISÃO DE LITERATURA.....	36
5 PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS E DOCUMENTOS DIGITAIS.....	39
5.1 Indícios do despertar para os documentos digitais.....	39
5.2 Reflexão sobre postagens de plataformas de redes sociais enquanto documentos digitais	43
6 A PRÁTICA INFORMACIONAL ATRAVÉS DO USO DAS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS	61
6.1 Aspectos observados no grupo pesquisado: práticas, crenças e o fenômeno da desinformação.....	61
6.1.1 Práticas.....	62
6.1.2 Crenças.....	74
6.1.3 Reflexão sobre a materialidade da desinformação.....	79
7 CONCLUSÕES.....	87
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

Vive-se, atualmente, em um novo paradigma tecnológico organizado em torno das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), onde existe uma linguagem digital comum, na qual a informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida. Tal paradigma, pode ser compreendido como um dos desenlaces da denominada Quarta Revolução Industrial (ou Indústria 4.0), fenômeno social que, segundo Klaus Schwab,

(...) teve início na virada do século [XXI] e baseia-se na revolução digital. É caracterizada por uma internet mais ubíqua e móvel, por sensores menores e mais poderosos que se tornaram mais baratos e pela inteligência artificial e aprendizagem automática (ou aprendizado de máquina). (Schwab, 2016, p.20).

Esse novo paradigma adveio das três revoluções anteriores, duas industriais e uma tecnológica. Castells (2000) explica que a 1ª revolução industrial, do século XVIII (1760-1850) foi marcada pelo uso da máquina a vapor; a 2ª revolução industrial ocorreu cem anos após, em (1850-1901), e foi sinalizada pela eletricidade. A 3ª revolução foi a da Tecnologia da Informação, nascida na década de 70, com a introdução dos microcomputadores e da ARPA, rede que veio a se tornar o que é hoje, a internet. Dada essa contextualização histórica, voltemos ao paradigma atual no qual vivemos.

O paradigma tecnológico tem como característica a transformação da cultura material pelos mecanismos tecnológicos e digitais através do “uso de conhecimentos científicos para especificar as vias de se fazer as coisas de uma maneira reproduzível” (Castells, 2000, p.49). Tal ação de reprodução como marca da sociedade atual transborda aspectos meramente físicos e desemboca nos aspectos psicológicos do homem contemporâneo, no que diz respeito ao seu comportamento no ambiente digital. O consumo e a reprodução em massa de informações a todo o tempo, despreza muitas vezes a validação ética por parte do consumidor da informação digital, priorizando o seu ávido e exagerado consumo, em detrimento da análise da qualidade dessa informação.

Daí o porquê a desinformação ter ganhado contornos legais ou ao menos, tentativas iminentes de regulação da internet como, normatizar o conteúdo a ser postado em plataformas como *Twitter* (agora denominado ‘X’), *Facebook* e *Youtube*. Isto já se tornou realidade por conta dos prejuízos que tal fenômeno, o da desinformação, pode acarretar à sociedade. Não se trata da simples reprodução de uma informação falsa através

do compartilhamento irrestrito e indiscriminado, outrossim, deve antes se tratar de exigir uma atitude responsável do usuário, onde a ausência da responsabilidade e da ética pode resultar em consequências jurídicas para o seu divulgador.

Há um exemplo emblemático e trágico, considerado – segundo matéria de 27 de setembro de 2018 da Folha de São Paulo – o primeiro caso de notícia falsa no Brasil que resultou em morte devido à divulgação de uma postagem no *Facebook*. A matéria explica que a postagem mostrava a foto de uma mulher afirmando ser residente do município de Guarujá, litoral paulista, e afirmando ser uma sequestradora de crianças que as usava em rituais de magia negra. De acordo com a mesma publicação, a postagem se espalhou (compartilhamento de uma desinformação) e para o infortúnio de Fabiane, sua vida encontrou um violento e infeliz final.

Fabiane Maria de Jesus, 33 anos, foi linchada, insultada e espancada até a morte por pessoas que acreditavam ser ela uma sequestradora de crianças, após a divulgação de uma postagem em uma página do *Facebook* chamada Guarujá Alerta, a qual obteve, segundo informações do jornal, 56 mil curtidas. A mesma matéria ainda informa que duas imagens foram usadas na divulgação, sendo que uma delas, na verdade, se tratava de um retrato falado relacionado a um crime cometido no Rio de Janeiro em 2012. Ou seja, a pessoa que publicou a postagem produziu um típico caso de desinformação, apresentado em uma de suas diferentes formas, qual seja, quando se utiliza de imagens de um contexto específico e o transporta para um contexto diferente, inventando-se assim, uma nova história.

Fabiane faleceu dois dias após a sua agressão, em 05 de maio de 2014. Uma morte brutal e completamente infundada (único fundamento: uma postagem cuja veracidade não fora checada). A mulher foi perseguida por dezenas de pessoas que a espancaram em uma ‘via crúcis’ que durou duas horas. Fabiane Maria de Jesus, como já foi dito, tinha 33 anos, a mesma idade que supostamente tinha Cristo ao morrer. Fabiane também tinha Jesus em seu nome.

Conhecer essa história, durante a pesquisa, foi bastante marcante e inquietante, pois me fez pensar sobre como as pessoas podem se sentir incapazes de discernir no que acreditar. Ela me fez pensar ainda sobre a capacidade de as pessoas arrefecerem seus valores morais e o senso crítico em momentos triviais (como quando veem diariamente as plataformas de redes sociais), além de me fazer refletir sobre o poder que essas plataformas têm demonstrado possuir. O quanto uma rede social pode influenciar a opinião das pessoas ou o quanto as plataformas de redes sociais são ‘legitimadoras’ da

verdade? Ademais, como se desencadeia o “efeito manada” que rege as massas em determinadas situações? Por fim, essa história, além de ter me causado impacto, também trouxe a certeza do caminho escolhido para percorrer ao longo desses dois anos de pesquisa: estudar, a partir das plataformas de redes sociais, a informação.

A internet, de fato, tem provocado transformações sociais por meio de novas formas de comunicação. As plataformas de redes sociais são um exemplo de tal fato, e se mostram como plataformas dominantes nos cenários econômico e político, além do social. O *Facebook* em 2016, protagonizou os primeiros episódios marcantes na história da política dos EUA quando conseguiu influenciar uma eleição, mais do que a mídia tradicional, aparentemente levando à vitória de Trump. De fato, a interação usuário-internet está adquirindo contornos cada vez mais preciso, quando essa interação passa a ser um hábito fortemente instalado na vida das pessoas levando-as a tomarem decisões com base nessa interação digital. Tome-se como exemplo, o fato de as pessoas validarem frequentemente e sem muitos questionamentos, opiniões de influenciadores digitais.

Deve-se salientar que a internet e o modelo de negócio adotado pelas grandes plataformas, propiciam “a formação de uma enxurrada de informações falsas” (Marsili, 2020, p.143), além do que, favorece, juntamente com a informatização e manipulação de dados, a interferência em eleições eleitorais, como mencionado anteriormente. Esse modelo de negócio torna cada vez mais fortes e poderosas as plataformas de redes sociais como *X* e *Facebook*.

Segundo Schwab (2016), a consequência do ‘efeito plataforma’ é a concentração de poder em poucas plataformas que dominam os mercados. Esse efeito é aquele “no qual as organizações digitais criam redes que emparelham compradores e vendedores de uma grande variedade de produtos desfrutando de rendimentos em escala crescente” (Schwab, 2016, p.27). Além desse efeito econômico, é sabido do efeito de influenciar esferas da sociedade como a esfera política. Há ainda uma diferente abordagem sobre a ideia de sociedade em plataforma – ‘plataformização da sociedade’ – que será também apresentada mais adiante.

Portanto, ao se refletir sobre o comportamento atual do homem, se percebe como ele pode ser moldado pela tecnologia e como as experiências culturais são mediadas e influenciadas pelas tecnologias digitais. O comportamento de consumir notícias somente ou preferencialmente por postagem de rede social, em lugar de consultas a *sites* de notícias especializados e renomados, denota uma alteração no padrão de consumo de

informação influenciado pelo uso contínuo de plataformas de redes sociais no dia a dia. Conforme Lévy, isso tem consequências sociais na medida em que,

A mediação digital remodela certas atividades cognitivas fundamentais que envolvem a linguagem, a sensibilidade, o conhecimento e a imaginação inventiva. A escrita, a leitura, a escuta, o jogo e a composição musical, a visão e a elaboração das imagens, a concepção, a perícia, o ensino e o aprendizado, reestruturados por dispositivos técnicos inéditos, estão ingressando em novas configurações sociais. (Lévy, 1998, p. 17).

Lévy (1998) alerta para o fato de como a tecnologia e a linguagem digital podem sim, remodelar a cognição humana, alterando nossa forma de aprender, nossa sensibilidade, e até mesmo, nossas concepções de mundo. Castells (2000) explica que na quarta revolução industrial, não há apenas a introdução de novas tecnologias, como há também o seu aprendizado pela adoção e uso diário dela pela sociedade, o que resulta no desenvolvimento dessas novas tecnologias através do ‘fazendo’, ‘mexendo’, ‘aprendendo’ e até mesmo, ‘modificando’.

As plataformas de redes sociais digitais dão esse poder aos usuários quando eles próprios participam ativamente da sua construção colaborativa, através das postagens de suas autorias, do engajamento que suas postagens geram, bem como quando podem colaborar com *feedbacks* oferecidos às plataformas, a fim de sugerirem alterações e contínuas melhorias aos produtos e serviços. Ou seja, nas palavras de Castell, as “novas tecnologias não são apenas ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa” (Castell, 2000, p.51).

O mesmo autor explica que nesta revolução, pela primeira vez, a mente humana é uma força direta de produção, os computadores são extensões da mente e este tipo de integração está abalando a quarta descontinuidade (seres e máquinas). Daí poder se pensar na integração das plataformas de redes sociais aos hábitos da humanidade, em uma relação de mútua influência: humanidade influenciando e intervindo no ciclo de vida de uma tecnologia (rede social) e esta, influenciando e intervindo no ciclo de vida da humanidade.

A partir dessas breves reflexões teóricas e constatações empíricas, o tema escolhido para esta pesquisa foi o uso de informação por meio das plataformas de redes sociais e seus possíveis desdobramentos (como a ocorrência da desinformação e a

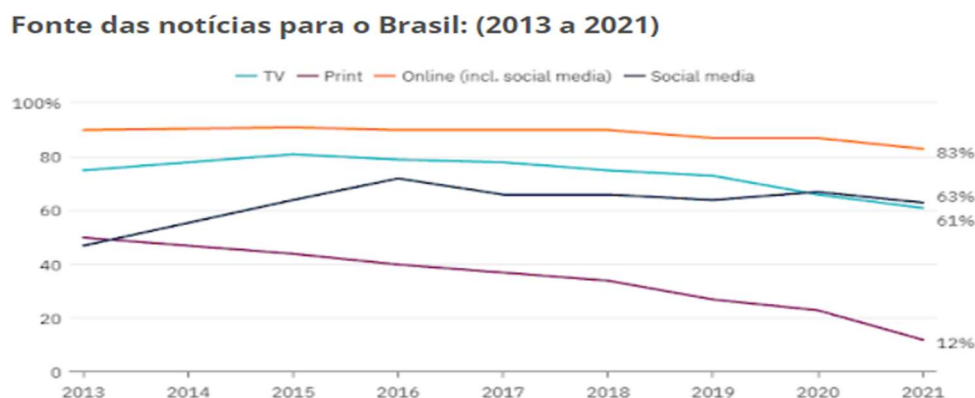
discussão sobre o tratamento das postagens como documentos). Assim, o trabalho está dividido por esta introdução, seguida da apresentação do problema, dos objetivos e da justificativa. Em seguida, apresenta o procedimento metodológico utilizado, passando pelo referencial teórico e por um breve apontamento da revisão da literatura, e segue para o desenvolvimento do trabalho, através de duas seções contendo subseções. Na primeira, intitulada, Plataformas de Redes Sociais e Documentos Digitais, é apresentada a ideia do uso dessas plataformas como fontes de informação e é discutida a possibilidade de compreensão das postagens dessas plataformas, como um novo tipo de documento digital.

Por fim, na segunda seção, são apresentados os resultados da pesquisa através das análises dos dados obtidos pela aplicação do questionário, revelando as práticas informacionais e as crenças dos entrevistados a respeito dessa “nova cultura”. E tendo sido feita essa contextualização inicial, passa-se a seguir às ponderações acerca do problema motivador dessa pesquisa.

1.1 Problema

Parte-se do pressuposto de que se consome informação no Brasil, de forma majoritária, pelo ambiente *on-line*, ambiente que compõe as plataformas de redes sociais. Uma matéria de outubro de 2021, da Elife Brasil, que contou com dados extraídos de estudos da edição de 2021 do *Digital News Report* da Reuters em parceria com a Universidade de Oxford, explica que houve uma “queda acentuada da TV e impresso como fontes de informação dos brasileiros no último ano”, “ao mesmo tempo que *on-line* e *social media* mantém certa estabilidade desde 2016 como fonte de notícias.

Gráfico 1: Fontes de notícias no Brasil 2013-2021

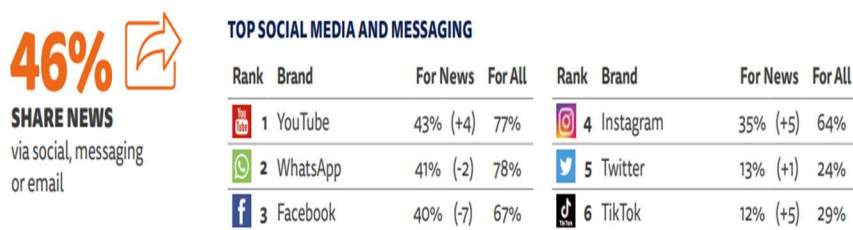


Digital News Report – Reuters et Universidade de Oxford_2021

(Fonte: *Digital New Reports*, 2022)

O período eleitoral exemplifica tal realidade, a de que o ambiente *on-line* e as plataformas de redes sociais são destaques, tanto no seu uso pelos candidatos em suas campanhas, quanto por seu uso pelos eleitores. Ainda conforme a pesquisa, “na campanha de Bolsonaro, o aplicativo de mensagem *WhatsApp* teria sido a principal ferramenta para compartilhar boatos, notícias falsas e contra narrativas em resposta a notícias divulgadas pela imprensa tradicional a respeito do então candidato” (Filho, 2019, p.44).

Em contrapartida, o uso das plataformas de redes sociais para os usuários se informarem, pode implicar num possível aumento da desinformação, haja vista que o meio *on-line* consegue propagar mais facilmente a desinformação, do que o meio impresso, devido ao alcance exponencial de compartilhamentos que a TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) proporciona. A seguir, apresenta-se dados da pesquisa da *Reuters* e da Universidade Oxford sobre as principais mídias sociais digitais usadas no compartilhamento de notícias, que engloba vários países, dentre eles o Brasil.

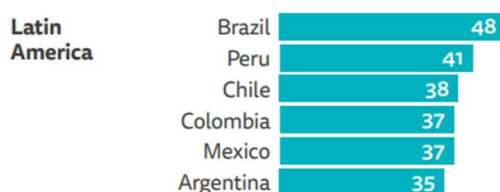
Gráfico 2: Compartilhamento de notícias

(Fonte: Reuters Institute Digital New Reports 2022)

O mesmo estudo, intitulado *Reuters Institute Digital New Report 2022*, mostrou ainda que, dentre os países da América Latina que mais acreditam nas notícias, na maioria das vezes, o Brasil está em primeiro lugar.

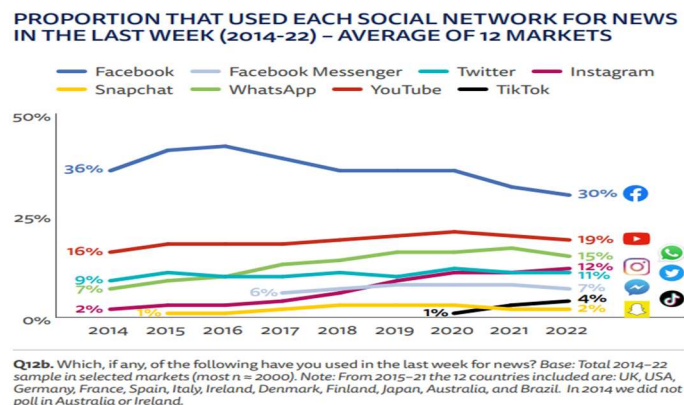
Gráfico 3: Crença em notícias

**PROPORTION THAT TRUSTS MOST NEWS MOST OF THE TIME
 – ALL MARKETS**



(Fonte: Reuters Institute Digital New Reports 2022)

O estudo mostra ainda, as plataformas de redes sociais mais usadas no consumo de notícias:

Gráfico 4: Média das plataformas de redes sociais usadas no consumo de notícias.

(Fonte: Reuters Institute Digital New Reports 2022)

Além do mais, a manipulação cotidiana das plataformas que se dá através da visualização de vídeos, leitura de postagens, reprodução e compartilhamento dessas postagens (que são os produtos gerados nessas plataformas), leva essas postagens a uma legitimação delas, enquanto um novo tipo de documento.

Essa nova relação informacional que se dá através da interação entre o sujeito, a informação e as postagens digitais, permite que se possa elevar tais postagens a um outro patamar, qual seja, o de documento. Pois tais interações virtuais podem provocar diferentes significados no documento (isto é, na postagem) que está sendo manipulado, através dos usos e dos contextos, segundo propósitos do próprio sujeito (Rabello, 2009).

Neste estudo, as postagens das plataformas de redes sociais estão sendo entendidas pois, como um tipo de documento digital específico. Assim, a dinâmica do contato do usuário com as postagens pode provocar, conforme aponta Rabello (2019), mudanças no *status* qualitativo do documento atribuindo-lhes novos valores e modificando até mesmo o seu lugar de origem – antes, poderia ser uma simples postagem de entretenimento no *X*, posteriormente, uma prova documental em uma peça jurídica – por exemplo.

Neste contexto, o problema da pesquisa consiste em saber quais são as possíveis consequências do consumo majoritário de informação através das plataformas de redes sociais: há o risco de maior desinformação? Pode-se incorrer em visões mais limitadas dos fatos por se ignorar outras fontes e por se fazer leituras parciais dos acontecimentos (consumo exclusivo de informação por postagens sem a leitura da matéria completa?). E as postagens, produtos dessas plataformas digitais, podem ser uma nova versão de documentos digitais?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o atual modo de as pessoas se informarem por meio das plataformas de redes sociais, a fim de compreender os desdobramentos relativos à essa prática informacional, como a ocorrência da desinformação e a discussão documental relativa às postagens.

1.2.2 Objetivos específicos

- Investigar em que medida as postagens podem ser consideradas documentos digitais;
- Identificar práticas e crenças do público entrevistado quando do uso de plataformas de redes sociais para se informar;
- Identificar a percepção do público entrevistado acerca do fenômeno da desinformação.

1.3 Justificativa

Esta pesquisa busca contribuir para a reflexão acerca dos estudos sobre as plataformas de redes sociais no âmbito da Ciência da Informação, sob o ponto de vista da gestão da informação.

Sendo cada vez mais frequente o fenômeno do uso das plataformas de redes sociais para a comunicação social, e até mesmo profissional, o ambiente das mídias sociais digitais se configura como um rico campo de relações sociais e até jurídicas, onde a prática informacional já está consagrada, e, por isso, estudos na área da Ciência da Informação devem ser feitos para: por um lado, atualizar o entendimento e rever conceitos sobre os documentos digitais; e, por outro, para aprofundar o entendimento do fenômeno da desinformação, fenômeno este cada vez mais frequente no ambiente *on-line* das plataformas de redes sociais.

A escolha das plataformas de rede social como objeto de pesquisa revela-se importante, tendo em vista ser um campo com estudos em ascensão e com considerável potencial a ser explorado, dado o fato de que a internet e as plataformas de redes sociais estão em desenvolvimento permanente, com melhorias e inovações ocorrendo constantemente na sociedade.

Como a pesquisa pretende alcançar a percepção do público entrevistado acerca da desinformação, e tendo em vista que este fenômeno está em voga no cenário contemporâneo, com discussões de diferentes setores (como o social e político) e de diferentes áreas do conhecimento, compreende-se que a sua abordagem se torna relevante para a área da Ciência da Informação.

Por fim, outra razão que evidencia o valor deste trabalho, é que ele se propõe, com os seus resultados, provocar a discussão sobre o tratamento de novas documentalidades,

a partir do fenômeno das postagens das plataformas de redes sociais, identificando suas características como, a efemeridade, por exemplo, a fim de refletir sobre os limites conceituais do documento. E uma vez que não foram localizados trabalhos abordando essa temática, pensa-se ser oportuno este estudo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de natureza exploratória-qualitativa baseada em fontes bibliográficas e documentais, com aplicação de questionários a fim de detectar crenças, opiniões e percepções dos entrevistados sobre o seu consumo de informação por meio das plataformas de redes sociais. A técnica utilizada para tal foi a aplicação de questionário estruturado (isto é, sem a participação direta do entrevistador). O questionário foi do tipo *Likert*, aquele que mede a opinião e o sentimento a respeito de determinado assunto. Por exemplo, foi perguntado o que motivava o entrevistado a compartilhar uma informação (uma postagem) e se ele achava que a desinformação seria prejudicial. Dessa forma, buscou-se conhecer a opinião, a percepção e os sentimentos do entrevistado. O questionário foi constituído por 29 perguntas, sendo composto por questões de múltiplas escolhas e questões abertas.

As pesquisas exploratórias, segundo Gil (2008, p.41) “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” e envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

De acordo com Gil (2008), a construção de um questionário consiste na tradução dos objetivos da pesquisa em questões específicas, sendo que as respostas a essas questões fornecerão dados da população pesquisada ou testarão as hipóteses construídas ao longo da pesquisa. A intenção do questionário aqui, é avaliar o grau de credibilidade da informação consumida por meio das plataformas de redes sociais digitais, por parte do usuário. Afinal, as pessoas aceitam como verdade as informações veiculadas nas plataformas, com qual frequência? Sempre ou de vez em quando?

Foram utilizadas as seguintes categorias, no momento de se elaborar o questionário: idade, sexo, estado em que reside, nível escolar, ensino médio em instituição público/privado e ocupação. Como resultado, o questionário obteve respostas de 147 entrevistados residentes em 06 estados do Brasil: Distrito Federal com 31,7%; Bahia com

25%; Goiás com 18,7%; São Paulo com 10,3%; Minas Gerais com 8,3% e Rio de Janeiro com 6%. A escolha dos referidos estados, deu-se por razões práticas, uma vez que a autora da pesquisa tinha uma rede pessoal de contatos nesses lugares que poderia ser convidada como respondentes.

A média de idade dos respondentes foi de 39 anos, com a predominância de um público feminino com pós-graduação, sendo a composição dos entrevistados a seguinte: 50,4% de mulheres e 49,6% de homens. Deste universo (total de 147 respondentes), 56,9% possuem pós-graduação, 30% possuem apenas o nível superior, 11,5% apenas o nível médio e 1,6% apenas o nível fundamental.

Com relação à categoria ocupação, 80,5% dos entrevistados responderam estar empregados; 16,5% responderam ser apenas estudantes – sendo a maioria destes estudantes, do ensino médio, e a minoria deles, do ensino superior – e 3% informaram ser aposentados. As ocupações informadas pelos respondentes foram: psicólogos, médicos, advogados, contador, mecânico, fisioterapeuta, arquiteto, educador físico, designer gráfico, professores, caixas de lojas, garçons, atendentes de loja, aposentados, músico, corretora de imóveis, nutricionista, artista plástico, jornalista, pesquisador, serviços gerais, estudantes universitários, estudantes do ensino médio, servidores públicos, empresários.

Do grupo entrevistado, 85% informaram ter cursado o ensino médio em instituições privadas e 15% informou ter cursado o ensino médio em instituições públicas. Foi escolhida esta categoria, “cursar ensino médio em instituição pública ou privada”, pois pensa-se ser uma etapa importante da formação escolar, onde os valores e conhecimentos passados podem influenciar de modo determinante na formação da pessoa.

Dada essa contextualização, cabe explicar que este estudo optou por alcançar uma maior variedade de público possível, abrangendo pessoas de ambos os sexos, de diferentes idades, com diferentes níveis de escolaridade, provenientes de ambos os sistemas de ensino (público e privado). Sendo assim, a pesquisa reveste-se de caráter aleatório, não visando um público específico, senão o contrário, não tendo sido necessário o uso de cálculo de amostragem. Ou seja, não foi o objetivo ter como amostra, um recorte populacional restrito, como por exemplo, “estudantes de mestrado da Faculdade de Ciência da Informação da UnB.”

Devido aos prazos da pesquisa e da pouca disponibilidade dos entrevistados, optou-se por realizar um questionário eletrônico criado na ferramenta *Google Forms* –

uma ferramenta gratuita que permite a criação de formulários *on-line* – e por aplicá-lo na rede de contatos pessoal da própria pesquisadora, sendo o *link* do formulário enviado via *WhatsApp*, tendo sido este meio de comunicação, portanto, uma forma prática de alcançar um número considerável de respondentes dentro do prazo estipulado e de ter um retorno rápido das respostas.

Em abril de 2023, o questionário foi aplicado pela primeira vez, e em setembro do mesmo ano, decidiu-se realizar uma nova aplicação a fim de se alcançar mais respondentes em novos estados, posto que, em abril, o questionário foi aplicado apenas nos estados da Bahia e do Distrito Federal. Já em setembro, foi aplicado em Goiás, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Portanto, ao final, foram contabilizadas 147 respostas, ressaltando que as respostas do formulário são cumulativas, ou seja, vão se somando à medida que novas respostas vão sendo preenchidas. A seguir, quadro resumo com as categorias utilizadas no questionário:

Quadro 1: Categorias

Nº PERGUNTAS	Nº ENTREVISTADOS	MÉDIA DA IDADE	SEXO	NÍVEL ESCOLAR	ENSINO MÉDIO PÚBLICO	ENSINO MÉDIO PRIVADO	UF	OCUPAÇÃO
29	147	39	F - 50,4%	PÓS-GRAD* - 56,9%	15%	85%	6 (DF, BA, GO, SP, MG, RJ)	EMPREGADOS - 80,5%
			M - 49,6%	SUPERIOR - 30%			DF - 31,7%	ESTUDANTES - 16,5%
				MÉDICO - 11,5%			BA - 25%	APOSENTADOS - 3%
				FUNDAMENTAL - 1,6%			GO - 18,7%	
							SP - 10,3%	
							MG - 8,3%	
							RJ - 6%	

*Pós-graduação

(Fonte: elaboração da autora, 2023)

Ao analisar o quadro acima, é possível notar que a maioria do público desta pesquisa possui formação no ensino médio privado, possui pós-graduação, e possui certa estabilidade econômica, uma vez que se encontra empregada. Portanto, tal perfil social, educacional e econômico, constituiu o perfil dos respondentes deste estudo, o que foi levado em conta no momento da análise dos dados obtidos através do questionário.

De forma detalhada, apresentam-se a seguir, os procedimentos de pesquisa utilizados para atingir os objetivos específicos:

Objetivos específicos:

- a) Refletir em que medida as postagens podem ser consideradas documentos digitais.

Método: Identificar, via levantamento bibliográfico, conceitos e definições que auxiliem a reflexão.

Procedimentos: As postagens foram pensadas em conjunto com as plataformas de redes sociais, no momento de refletir sobre seu papel enquanto documento digital, com o apoio teórico da bibliografia estudada, fazendo-se o cotejo com as respostas dos questionários.

- b) Identificar práticas e crenças do público entrevistado quando do uso de plataformas de redes sociais digitais para se informar.

Método: Identificar nas respostas do questionário, comportamentos (práticas) demonstrados pelo público, bem como suas crenças a respeito dessa forma de buscar a informação.

Procedimento: Coletar as respostas nos questionários e analisá-las à luz das teorias utilizadas na pesquisa.

- c) Identificar a percepção do público entrevistado acerca do fenômeno da desinformação.

Método: Identificar nas respostas do questionário, a percepção do público acerca da desinformação.

Procedimento: Coletar as respostas nos questionários e analisá-las à luz das teorias utilizadas na pesquisa, aferindo a postura do pesquisado frente à desinformação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A Ciência da Informação (CI), segundo Borko (1968), é uma disciplina que examina as características e o comportamento da informação, “as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima”. Sendo assim, nota-se que a CI oferece um vasto leque de possibilidades de estudos, uma vez que tem como seu objeto, dentre outros, o comportamento da informação. As plataformas de redes sociais em contextos de TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação, aquele contexto que diz respeito às plataformas de redes sociais, como *Facebook* e *X*, são um exemplo de campo de estudo dentro do escopo da CI.

Santaella e Lemos (2010), afirmam que, a contar da criação e utilização do *Facebook*, iniciou-se uma nova fase denominada por Redes Sociais Digitais, fase caracterizada pela adoção de três novos complementos: a) integração a outras redes, b) jogos sociais, c) acesso por dispositivos móveis. Contudo, a pesquisa optou por denominar essas ferramentas como o *Facebook*, de “plataformas de redes sociais,” ao invés de somente, “redes sociais,” haja vista a origem do constructo “redes sociais” ser bem diverso do adotado hoje, como se verá adiante.

Para situar as discussões acerca do conceito de rede social, foram utilizados textos de Marteleto. A autora explica que, “[...]redes sociais é um conceito onipresente nos dias de hoje e ocupa espaço crescente no discurso acadêmico, nas mídias, nas organizações ou no senso comum” (Marteleto, 2010, p.2). Ela acrescenta que, o termo ‘rede’, nas Ciências Sociais, junto ao adjetivo ‘social’, especifica o campo, mas não delimita uma única disciplina, já que “é empregado pela Antropologia, Sociologia, Economia, Ciências Políticas, Ciência(s) da Informação, Ciências da Comunicação, entre outras” (Marteleto, 2010, p.2). A autora ainda relaciona o termo informação e redes sociais, como visto a seguir:

Informação e redes sociais são conceitos transversais que encontram abrigo de passagem em diferentes domínios de conhecimento, mídias, campos sociais ou comunidades profissionais. O intercâmbio, o fluxo, o uso e a apropriação de informações dependem, por sua vez, da capacidade de indivíduos, grupos e organizações de se associarem para o aprendizado, o compartilhamento, a mobilização e a ação coletiva em redes sociais. (Marteleto, 2010, p.2),

Segundo Marteleto, é atribuído ao antropólogo A. Barnes a criação do constructo ‘redes sociais’, a partir de um estudo etnográfico onde ele desenvolveu uma hipótese na qual os seus “habitantes estariam interligados uns aos outros por cadeias de interconhecimentos” (Marteleto, p.3, 2010). Ou seja, por meio das redes sociais e dos elos entre os atores é possível que o comportamento individual e coletivo de seus membros seja analisado. Essa ideia de constructo social – ‘rede social’ – pode revelar também, um interesse comum de um grupo de indivíduos reunidos em volta de um determinado assunto. Compreende ainda a sociedade, a partir dos vínculos relacionais entre os indivíduos, os quais reforçariam suas capacidades de atuação, compartilhamento, aprendizagem, captação de recursos e mobilização. Portanto, como se pode notar, o conceito de redes sociais, em sua origem, não se refere à tecnologia da informação.

Mas o que são essas redes sociais digitais? O termo "rede social" tornou-se sinônimo de tecnologia da informação e comunicação; seu uso transcorreu áreas e destruiu fronteiras sendo apropriado, hoje, por muitos atores sociais. Uma das apropriações mais intensas deu-se no campo da comunicação - mas não exclusivamente - com o uso de termos como rede social digital, mídia social, mídia digital, entre outros, para expressar o fenômeno em questão. (Vermelho, S. C.; Velho, A. P. M.; Bonkovoski, A.; Pirola, A, 2014, p.5).

Já no trecho acima, os autores explicam outro uso do termo redes sociais, voltado para o digital. Marteleto (2010, p.5) assinala que essa segunda vertente do conceito de rede social, emerge com a mudança de paradigma dos estudos de redes sociais, “ocorrida com a transição da rede mundial de computadores (Internet) de acadêmica para comercial, a qual se espalha em todo o mundo com a adoção da interface gráfica”. Aguiar (2007) acrescenta que tal mudança ocorreu “a partir de meados dos anos 1980, em que a metáfora de redes é retomada como base para análise de fluxos de informação, através da interação entre pessoas, grupos humanos e organizações”, com a influência da comunicação mediada por computador. Esta mesma autora entende que o uso do termo ‘redes sociais’, remetendo às plataformas digitais, são como “reapropriações discursivas”, ou seja, seria como um termo ‘emprestado’ do seu uso original, nascido da antropologia e tradicionalmente utilizado pelas ciências sociais. A autora informa ainda que as Ciências Sociais é, dentre outras, uma das áreas mais interessadas por estudar as “relações interpessoais intermediadas por computador”:

Desde o início da implantação da Internet comercial no Brasil as relações interpessoais intermediadas por computador tendem a despertar mais interesse dos estudiosos das Ciências Sociais, da Psicologia e da Comunicação do que a sua utilização para ações coletivas. (Aguiar, 2007, p.34)

A ciência da informação, por tratar a informação, também entra como área interessada por estudos dentro dessa seara. Neste trabalho, ao se ter as plataformas de redes sociais como objeto, tem-se por outro lado, suas postagens também como objetos de reflexão. Um dos objetivos específicos dessa pesquisa é, pois, refletir em que medida as postagens podem ser consideradas documentos digitais, e para tal, se valeu de autores clássicos, como Otlet (1937) e Briet (1951), bem como de autores mais contemporâneos – Buckland (1991; 1997; 2013); Frohmann (2008; 2009); Lara e Ortega (2011); Lund

(2008); Meyriat (1981); Murguia (2010); Ortega e Lara (2010); Rabello (2011; 2018; 2019); Saldanha (2013); Vignoli; Rabello e Almeida (2021) – para se discutir sobre domínios do documento para além da sua dimensão objetiva positivista clássica, explorando possibilidades de leituras pelo viés subjetivo do documento, onde questões sociais e de materialidade podem ser melhor escrutinadas (Rabello, 2009). Isto é, uma visão mais abrangente, que abarca as significações sociais, “não é o conteúdo do documento em si que interessa, mas seu papel nos sistemas sociais” (Lara, 2010, p. 37).

De acordo com Baptista e Rodrigues (2020), “a falta de clareza é hoje um problema: a forma eletrônica está revolucionando o conceito de documento, mas não há como medir com precisão o impacto e as consequências devido à falta de contornos claros [do conceito de documento]” (Baptista; Rodrigues, 2020, p.8). Portanto, reflexões acerca desses contornos claros faltantes aos documentos hoje, serão aqui costuradas, assim como, questionamentos acerca das propriedades e características dos novos tipos de documentos gerados no ambiente digital, serão feitos, a fim de compreendê-los por um novo olhar.

A comunicação é uma das necessidades humanas por excelência, dado o fato de o homem viver em comunidade. Logo, a forma como se expressa no meio de seus pares, o acompanha e se desenvolve ao longo da vida, podendo ser alterada a depender dos contextos o qual vai se inserindo.

As mudanças na comunicação decorrem das transformações linguísticas naturais que uma língua viva sofre com o tempo (atualizações da sintaxe através de novos acordos gramaticais, por exemplo), novas expressões advindas dos diferentes contextos históricos presenciados ao longo de sua existência, como a chegada de novas tecnologias que se aglutinam à sua forma, e sempre que isso ocorre, a comunicação é adaptada. A comunicação é a expressão da personalidade e da forma de se relacionar com o outro e com a cultura.

Nossos meios de comunicação são nossas metáforas. Nossas metáforas criam o conteúdo da nossa cultura. Como a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos, são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico, e o serão ainda mais com o passar do tempo. (Castells, 1999, p. 414).

Para dar embasamento à pesquisa referente aos debates sobre a internet e a comunicação humana relacionada às redes sociais digitais, bem como sobre o tema da

virtualização e da sociedade em rede, Castells (1999) e Lévy (1996), fornecem algumas análises importantes quando, por exemplo, diz:

Culturas consistem em processos de comunicação. E todas as formas de comunicação, como Roland Barthes e Jean Baudrillard nos ensinaram há muitos anos, são baseadas na produção e consumo de sinais. Portanto, não há separação entre realidade e representação simbólica [...] portanto, a realidade como é vivida, sempre foi virtual, porque sempre é percebida por intermédio de símbolos formadores da prática com algum sentido que escapa à sua rigorosa definição semântica. [...] (Castells, 2002, p. 459).

A codificação para a comunicação humana, hodiernamente, apenas ganhou novos aparatos, como o uso de plataformas digitais de redes sociais. Assim, o trabalho entende a informação gerada nesse espaço, como veiculadora de prévias ‘realidades’ de quem as produz, já que, uma vez que a informação é codificada em seu suporte, passa de realidade à virtualidade. Essencialmente, toda realidade ao ser transmitida, segundo Lévy (1996), se virtualiza. A vida moderna então, em grande parte, é virtual não apenas no sentido metafórico, mas no sentido literal, especialmente devido ao uso das plataformas de redes sociais, “Todas as realidades são comunicadas por intermédio de símbolos. (...) De certo modo, toda realidade é percebida de maneira virtual”. (Castells, 2002, p. 459).

Contudo, não se deve perder de vista que essa realidade virtualizada leva com ela imbricada, o fato de que, socialmente esses documentos irão impactar (em maior ou menor grau) a realidade de quem os consome. Como um exemplo fictício, podemos citar uma postagem do *Facebook* contendo uma foto do conflito entre Ucrânia e Rússia do ano de 2014 e um texto descrevendo a foto como sendo imagem do conflito atual (2022), afirmando falsamente que ucranianos extremistas estariam matando civis ucranianos de origem russa. Aqui, temos um fato socialmente relevante – um documento contendo desinformação sobre uma guerra, que impactará a realidade de quem consumirá essa informação, levando alguns a crer no que estão vendo, e levando outros a questionarem. Apesar de que a desinformação tem se mostrado mais eficaz em levar as pessoas a crerem nela do que a questionarem.

Thomas Poell, David Nieborg e José van Dijck (2020) contribuíram para elucidar a ideia de ‘plataformização da sociedade’ defendida neste trabalho. Os autores esclarecem que existem diferentes abordagens a serem adotadas no entendimento desse conceito e que ele se origina de outro conceito, o de plataforma. Estudos de software, que destacam

a infraestrutura da evolução das plataformas, e estudos na área de negócios que destacam os seus aspectos econômicos, são exemplos dessas abordagens.

O uso do conceito de plataforma, tanto na academia quanto no mercado, sofreu várias mudanças importantes desde o início do novo milênio. Antecedendo a chegada dos atuais gigantes da tecnologia, como Google e *Facebook*, os campos de economia (de redes) e estudos na área de negócios já popularizavam e teorizavam sobre o termo plataforma [...] (Van Ick, Poell, Waal, 2018, p.2).

Estes mesmos autores esclarecem que na pesquisa em comunicação, o conceito de plataforma evoluiu ao lado de discussões nas áreas das tecnologias da comunicação, na economia da informação e na “reorientação dos usuários como produtores ativos de cultura” Van Ick, Poell, Waal (2018). E com o advento da web 2.0, a ideia que já se tinha, era a de que “a Internet como um todo havia se tornado uma plataforma para usuários e empresas se desenvolverem” Van Ick, Poell, Waal (2018). Esta pesquisa corrobora tal entendimento, pois acredita que as relações humanas estão funcionando em plataformas, através da plataformização da sociedade, a exemplo do consumo de informação pelas plataformas de redes sociais, bem como uma forma de inter-relacionamento, ou seja, a sociedade busca nas redes sociais digitais, uma forma de se relacionar com o outro.

As diferentes perspectivas sobre plataformização se desenrola em três dimensões institucionais: infraestruturas de dados, mercados e governo. Os autores esclarecem que dentre as perspectivas que tratam a ideia de plataformização, a dos estudos culturais é aquela onde a plataforma provoca a reorganização das práticas culturais em volta de plataformas, em um movimento onde as práticas moldam as dimensões institucionais da plataforma, ao mesmo tempo. As práticas dos usuários acabam por influenciar as plataformas, bem como as plataformas podem influenciar os usuários.

A plataformização, portanto, de acordo com os autores, implica na transformação de um processo de produção e de distribuição de informação motivada pela demanda, com o conteúdo sendo continuamente articulado, e (re) embalado, guiado pelo *feedback* dos usuários. Esta é a nova forma de produção e codificação do conhecimento. Onde o consumo de informação em plataformas de redes sociais, se mostra como um exemplo clássico, onde a informação é fomentada e escalada através dos *feedbacks* dos usuários, isto é, dos *likes*, comentários e compartilhamentos.

De Mattos (2021) afirma que a plataformização da informação “é um fenômeno de caráter global que cria novas dependências de mercado e de conteúdo na relação entre

mídias jornalísticas e plataformas de redes sociais”. Mostra ainda que, o ecossistema dos conteúdos compartilhados pelas plataformas vem estimulando fenômenos como o da desinformação e a polarização do debate político, tendo como marcos histórico as eleições norte-americanas, o *Brexit* em 2016, as eleições brasileiras em 2018 e a pandemia de covid-19 entre 2020 e 2021.

Gonçalves (2021) acrescenta que, “ao mesmo tempo em que combatem a desinformação, as redes sociais digitais também lucram com a formação de bolhas, que tornam o ambiente digital mais polarizado” (Gonçalves, p.67, 2021) o que se revela um paradoxo proposital, pois as plataformas demonstram uma preocupação aparente criando campanhas e novas funcionalidades de combate à desinformação, contudo não se aprofundam na complexidade da indústria da desinformação.

Acerca do formato das notícias, “as notícias são mais frequentemente privadas de contextos editados, gêneros e formatos fixos, e chegam a você em *mash-ups* contendo notícias e talvez também notícias falsas de *bots*” (Steensen & Westlund, p.2, 2021). Steensen & Westlund (2021) explicam que estes *mash-ups* de notícias que chegam até as pessoas em *feeds* pelas plataformas de redes sociais (*X* e *Facebook*, por exemplo) são interfaces personalizadas (orientadas por algoritmos) com uma expressiva quantidade de informação fluuando em blocos, em grandes pedaços. Sendo, de acordo com eles, o jornalismo, “uma das fontes que se constroem uma sobre a outra e são cada vez mais difíceis de separar uma da outra para o usuário final”. Ou seja, a informação hoje, se constitui uma cadeia expressiva de informação, uma ‘gigantesca rede digital’.

Dessa forma, o consumo de informação por via das plataformas de redes sociais mostra-se como crítico, caso o usuário não busque formas de averiguar a informação em outras fontes, e considere aquele conteúdo, como conteúdo principal ou final. Esta pesquisa entende que, informações mais complexas, portanto, deveriam ser mais bem examinadas, tendo que ser consultadas em outras fontes.

Um outro aspecto a ser abordado neste estudo, refere-se a forma de compreensão da informação pelo usuário. De acordo com Taddicken e Wolff (2020) a teoria da dissonância cognitiva pode operar na compreensão das escolhas e das preferências do indivíduo em relação às suas opções informacionais. Essa teoria sustenta que as pessoas tendem a se distanciar de informações que são contraditórias às suas próprias crenças, mesmo face a evidências apresentadas, como também sustenta que as pessoas passam a buscar, de modo seletivo, informações correspondentes ou consonantes às suas crenças.

Essa premissa da teoria da dissonância cognitiva foi usada neste trabalho, a fim de auxiliar no entendimento de como o público entrevistado lida com a informação: suas crenças tendem a influenciá-las no momento de acreditar ou desacreditar na informação de uma postagem, por exemplo?

Na esteira dos autores que serão utilizados para a crítica do uso das plataformas de redes sociais na contemporaneidade, e para uma crítica das relações humanas “líquidas” o trabalho se valerá de Bauman (2001). Este autor contribuirá na discussão acerca do imediatismo vigente nas relações sociais hodiernas, o que pode se valer para refletir sobre o atual uso da informação em um formato mais rápido, que é o oferecido pelas plataformas de redes sociais digitais.

As fronteiras estão líquidas, a contemporaneidade está líquida e é marcada pela precariedade das certezas face a uma fluidez corrente das ações, das decisões. As “rotinas antigas e aparentemente eternas” que “começaram a se desintegrar; em que hábitos antigos e convenções, começaram a mostrar sua idade, e os rituais, sua debilidade (...)” (Bauman, 2001, p.100), deram lugar ao imediatismo e ao rápido. A segurança deu lugar ao medo, e a confiança nas instituições foi perdida, e a modernidade contemporânea dá lugar ao uso da experimentação e do improviso, assumindo riscos e erros em lugar da adoção da tradição. Assim, a escolha das plataformas de redes sociais como fonte de informação, pode estar relacionada ao seu formato de rápido e fácil acesso e se pode relacionar à ideia do imediatismo do conceito de modernidade líquida.

É a sociedade da descontinuidade (novos empreendimentos e projetos com curta durabilidade), da instabilidade (o mercado é volátil, e assim são as novas ‘instituições’), da inconstância, da flexibilidade (diferente da rigidez austera da tradição), mas também da vulnerabilidade. Enquanto os sólidos, segundo Bauman, têm dimensões claras, e neutralizam e diminuem impactos, resistindo ao tempo, os fluídos não se fixam muito em qualquer forma e estão sempre inclinados a mudá-la. (Bauman, 2001, p.08). Tudo flui com rapidez na modernidade líquida, no tempo líquido, e com os hábitos tecnológicos não poderia ser diferente. As mudanças são rápidas, as informações circulam rapidamente, e assim também a desinformação.

Sobre o enfoque dado no estudo do documento e da informação, foi aquele direcionado ao aspecto material e ao caráter social do documento e da informação. Rabello (2019) explica que a materialidade compreende aspectos ligados ao percurso da informação, desde a sua procedência, até

[...] o momento da inscrição do signo, ou seja, os aspectos valorativos provenientes de práticas sociais e discursivas, sejam elas pragmáticas, simbólicas, políticas, mercadológicas, validadas em institucionalidades diversas, ou, ainda, intencionalidades atribuídas ao objeto antes mesmo de ele ser valorado institucionalmente como documento, tais como memória, afetividade, identidade, instrumentalidade, biografia do objeto, dentre outros.” (Rabello, 2019, p.6-7).

O autor entende a materialidade da informação como expressão da força de enunciados em diferentes contextos, como é o caso suscitado a partir das plataformas de redes sociais. Essa força pode influenciar as ações e as práticas dos sujeitos. Assim, a materialidade não é constituída apenas por sua existência física. Ele explica que, “a dimensão simbólica dos espaços e dos saberes de produção e reprodução de documentalidades pode transcender os lugares consagrados pelo Estado”. (Rabello, p.12, 2019).

Rabello, R. & Rodrigues, G. M (2019) afirmam que o aspecto que diz respeito à institucionalidade da informação é tão importante quanto o aspecto que diz respeito à materialidade, e explica que a institucionalidade pode ocorrer no modo mais formal, figurando no setor público ou no setor privado, referendada mediante normas e regras, como também pode ocorrer no modo menos formal, como em contextos de plataformas de redes sociais “no ciberespaço, em modos de interconexão entre sujeitos na *web* de superfície (ou *visible web*) ou na *web* profunda (*invisible web*)”. (Rabello, R. & Rodrigues, G. M.; 2019, p10). E os autores indagam:

Como estão sendo operacionalizadas novas documentalidades? Como as novas assimetrias entre produção e consumo de informação condicionam ou são condicionadas pelas novas documentalidades, tocantes, p. ex., ao processo de datificação, que transforma as interações sociais na Web em dados sistematicamente coletados e analisados por plataformas em setores públicos e privados?” (Rabello, 2011, p. 20).

Já Gonzalez de Gomes explica que essa mudança de paradigma evidencia a imaterialidade da informação, “seu ser intangível, vai de encontro às características do digital, quais sejam, a convergência de meios e linguagens, sua quase ubiquidade e sua leveza *sígnica*” (González de Gómez, 2009, p.45).

A afirmação de que a imaterialidade da informação vai de encontro às características do digital, corrobora a assertividade da pesquisa ao escolher relacionar aspectos de materialidade e de imaterialidade do documento digital (postagem) no contexto das plataformas de redes sociais na *web*. Além da contribuição de González de

Gómez acerca das questões de materialidade da informação, suas discussões sobre regimes de informação serão inseridas na pesquisa.

Em complementação, Lund (2022) faz alguns questionamentos importantes a respeito de documentos digitais, para se pensar a materialidade de postagens, consideradas neste estudo, documentos digitais: “Onde está o documento? É possível falar de documentos se o documento pode mudar ou mesmo desaparecer em segundos?”. Ele afirma também que o documento “pode ser visto simultaneamente como um fenômeno físico, social e mental”, ponto de vista do qual o trabalho partilha e que vai no mesmo sentido defendido pela pesquisa, que entende as postagens como um tipo de documento digital, em que essas três esferas coexistem. A esfera mental poderia ser percebida na interação dos usuários com a postagem, podendo ressignificá-la.

Os artigos, “*Information as thing*”, de 1991 e “*What is a document?*”, de 1997 do inglês Michael Buckland, os quais têm sido interpretados como propulsores da “virada” neodocumentalista, também serviram de fontes para esta pesquisa. No período neodocumental, nota-se o iminente interesse pelo digital nos estudos da informação e dos documentos, quando os autores neodocumentalistas deixam clara sua preocupação em considerar ‘os regimes emergentes de materialidade digital e em rede’ nos seus estudos. Portanto, para refletir sobre a novas concepções de documento, nesse atual contexto de rede informacional e produção exponencial de documentos digitais (como as postagens de redes sociais), este trabalho se apoiou dentre outros, nos autores anteriormente citados. Peter Burke e as escola dos Analles também foram considerados nesta pesquisa.

Para se discutir o papel da desinformação em sua intersecção com o contexto das plataformas de rede social digital, foi consultada a obra de Marsili (2020). A autora revela que a ideia de desinformação foi originada em 1950 pelo governo russo, e o distingue de uma mera informação equivocada posto que o seu produtor tem consciência do teor falso e, deliberadamente, decide propagá-la. Contudo, o conceito de desinformação utilizado neste trabalho, foi o de Don Fallis, que explica que, “*Disinformation is essentially the same thing as a lie. Account of lying, you lie if you say something that you believe to be false with the intent to deceive*”; (Fallis, 2011, p. 206). Traduzindo livremente: “Desinformação é essencialmente a mesma coisa que a mentira. Você mente, se você diz algo que acredita ser falso, com o intuito de enganar”.

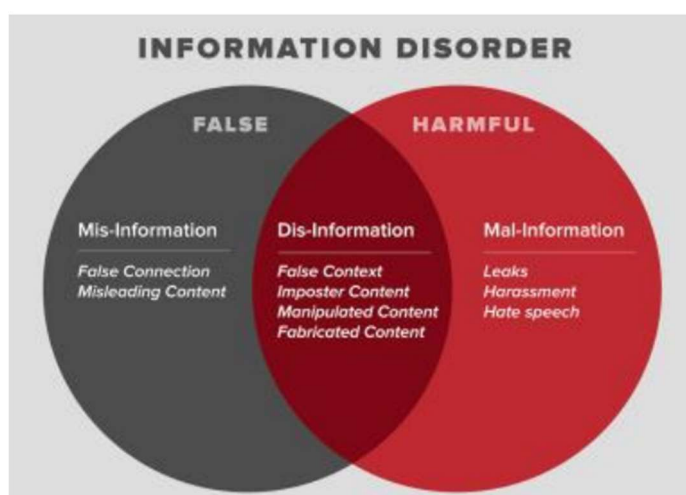
A pesquisa se restringiu ao conceito de desinformação que diz ser necessário estar presente a ‘intenção de enganar’ do propagador da desinformação, para esta ser considerada como tal. Dessa forma, não foi usado outros termos como sinônimos de

desinformação, como seria o caso do uso do termo *fake news*. A expressão *fake news* segundo Marsili (2020), ganhou força por se inserir na fragilidade comunicativa da internet, pois a autora defende ser a internet o principal meio de se realizar trocas de informações, atualmente.

As características relativas à maleabilidade e rapidez de transmissão de informações que a internet detém altera a própria concepção de informação. Se a percepção do mundo, através da linguagem, se expandiu ao passar a ser transmitida pelo sistema binário combinado com a conexão online, as peculiaridades desse meio afetam as informações que circulam entre a sociedade. (Marsili, 2020, p. 17)

Além de Fallis, os pesquisadores Wardle e Derakhshan e seu estudo, *“Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking”* serviram como base para a explicação a respeito de palavras tidas comumente como sinônimas, mas que possuem diferenças semânticas. Os autores ensinam que existem categorias que o fenômeno da desinformação abrange, através da ideia de Desordem da Informação, e especificam três tipos de categorias: Desinformação, Misinformação e Malinformação (Mis-Information; Dis-Information and Mal-Information), conforme ilustrado na Figura 1 abaixo:

Figura 1: Desordem da Informação



(Fonte: Reuters Institute Digital New Reports 2022)

Os autores explicam as três categorias da seguinte forma:

- *Dis-Information* – Desinformação: informação que é falsa e deliberadamente criada para enganar uma pessoa, um grupo social, uma organização ou um país.
- *Mis-Information* – Misinformação: informação que é falsa, mas não é criada com a intenção de enganar.
- *Mal-information* – Malinformação: Informação que é baseada na realidade, usada para incitar o engano em uma pessoa, organização ou país.

Importante mencionar que o conceito de pós-verdade também não se confunde com o conceito de desinformação, que, de acordo com Araújo (2020), “refere-se a uma conjuntura produzida por diversos fatos ou fenômenos que já vinham acontecendo há décadas (ou séculos, em alguns casos), mas que se relacionaram ou interagiram de uma determinada maneira somente nos últimos anos”. (Araújo, 2020, p. 4).

Tal conjuntura diz respeito ao fato de em 2016, o Dicionário Oxford ter elegido o termo ‘pós-verdade’ como palavra do ano, tamanha a sua popularidade. E essa popularidade está relacionada a dois fatos importantes da política mundial – “a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos e a vitória do plano da saída do Reino Unido da União Europeia, conhecido pela sigla *Brexit* (abreviatura de *Britain exit*)” (Araújo, 2020, p. 2). Araújo explica a definição de pós-verdade segundo o Dicionário Oxford, “circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influenciadores na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou à crença pessoal” e aponta ainda que está relacionado a este fenômeno, um desinteresse das pessoas pela verdade.

4 REVISÃO DE LITERATURA

A discussão sobre o uso de plataformas de redes sociais como fonte de informação é tão importante atualmente, que ecoa em trabalhos acadêmicos que têm voltado a sua atenção para discorrer sobre fontes de informação digital contemporâneas, a despeito do livro, “Fontes de informação digital”, das organizadoras Maria Inês Tomaél e Adriana Rosecler Alcará, o qual foi consultado nessa pesquisa.

Já a respeito da desinformação, foi feito um levantamento de trabalhos recentes (de 2018 a 2022) – com exceção de um único datado de 2011 – na Plataforma Sucupira da CAPES, que abordam a desinformação em sua relação com as plataformas de redes

sociais, a fim de conhecer o que se tem pensado a respeito dessa temática. Dentre os trabalhos apresentados no portal, foram selecionados e consultados doze, os quais mostraram aderência com esta pesquisa. Foram eles:

Quadro 2: Trabalhos Desinformação

DISSERTAÇÕES E TESES ABORDANDO DIFERENTES ASPECTOS DA DESINFORMAÇÃO				ASSUNTOS
“Estratégias de enfrentamento da desinformação na pandemia no Brasil e na Argentina: a atuação das agências de <i>fact-checking</i> Lupa e Chequeado”	mestrado	2021	Goncalves, Ana Laura Farias	Surgimento e consolidação do <i>fact-checking</i> ; origens da desinformação, formas de enfrentamento, de sanção e regulação; dinâmica das redes sociais
“Poder informacional e desinformação”	doutorado	2011	Brito, Vladimir de Paula	Não informação; informação manipulada; poder informacional
“O limite da desinformação”	doutorado	2020	Kizan, Lucas Prado	Modelo de negócios da internet (dados); legitimidade da mentira; direito de mentir; viés de confirmação, governança da internet
“A batalha político-midiática do movimento Brasil Livre: mídia, gênero e sexualidade como alvos da desinformação nas redes sociais”	mestrado	2019	Filho, Alberto Rodrigues de Freitas	Pós-verdade e a modernidade
“Desinformação e regulação de redes sociais digitais”	mestrado	2021	José Célio Belém de Pinho Filho	Ordenamentos das redes sociais, sua autoregulação; desinformação e a legislação brasileira
“A pauta da desinformação: ‘fake news’ e categorizações de pertencimento nas eleições presidenciais brasileiras de 2018”	mestrado	2019	Melo, Monica Chaves de	Uso da análise de categorização de pertencimento (ACP), ferramenta teórico-metodológica de origem na etnometodologia; desinformação.
“Desinformação: qualidade da informação compartilhada em mídias sociais”	mestrado	2018	Conde, Cesar Augusto Galvão Fernandes	Compartilhamento da informação em redes sociais, e qualidade da informação; desinformação.
“(Des)construção da desinformação nas mídias sociais: uma análise da criação, (re)produção, compartilhamento e critério de credibilidade de uma informação falsa”	mestrado	2021	Silva, Monica Valeria Mineiro da	Autenticação da desinformação; infodemia; mídias sociais; ver metodologia.
“Contribuição da competência em informação no Brasil para mitigar os impactos do fenômeno da desinformação”	mestrado	2021	Berroteran, Jennifer Cecilia Diaz	Competência em informação p/ mitigar desinformação; levantamento estudos em desinformação na CI.
“Tribunal Superior Eleitoral e o enfrentamento à desinformação nas eleições municipais de 2020”	mestrado	2021	Cafeo, Caroline Garcia.	História da desinformação.
“Desinformação e esquerda brasileira: o discurso por trás das fake News”	mestrado	2022	Quessada, Miguel.	verdade e mentira no debate filosófico; conceitos de pós verdade <i>fake news</i> e desinformação; análise de discurso
“Behavioral law and economics e desinformação: um olhar comportamental sobre as causas da falsa informação e sua regulação”	mestrado	2020	Donin, Douglas Oliveira.	Definição e terminologia desinformação; plataformas tecnológicas, difusão exponencial, incentivos econômicos das

(Fonte: elaboração da autora, 2023)

Goncalves (2021) em sua dissertação, aborda o surgimento e consolidação do *fact-checking*, termo da língua inglesa que se refere à prática de checar uma informação a fim de se averiguar sua veracidade, funcionando como estratégia de combate à desinformação. Ainda relacionado à desinformação, a autora discorre sobre sanções legais, regulação das plataformas de redes sociais e sobre a dinâmica dessas plataformas em relação à desinformação. Por outro lado, a presente pesquisa também julga como relevante a prática da checagem da informação, tendo investigado esse aspecto, através da entrevista realizada via questionário. Portanto, apesar da mútua preocupação com a desinformação, ambas as pesquisas se aprofundam em diferentes aspectos, sendo, portanto, complementares.

No geral, os trabalhos acima relacionados, tratam de assuntos transversais com os abordados nesta dissertação, sendo que cada um, examinou mais a fundo, um ou mais desses assuntos, separadamente, assim como esta pesquisa, que buscou centrar sua discussão no assunto do uso das plataformas de redes sociais como fontes de informação, para a partir daí, discutir as questões que se desdobraram, como a da desinformação e a da compreensão das postagens enquanto documentos. A seguir, apresenta-se a relação dos assuntos identificados nos trabalhos elencados:

- Informação manipulada
- *Fact-checking*
- Dinâmica das redes sociais em relação ao combate à desinformação
- Regulação das plataformas de redes sociais
- Desinformação e legislação brasileira
- Compartilhamento de informação
- Pós-verdade
- Infodemia
- Competência em informação
- Mitigação de desinformação
- Análise de discurso
- História da desinformação

Por outro lado, a fim de se conhecer o que se tem produzido a respeito da temática ‘postagens de rede social enquanto documento digital’, foram usadas algumas combinações de termos – ‘postagens de redes sociais’; ‘postagem como documento digital’ – para se pesquisar no motor de busca do mesmo portal da CAPES, e não foram localizados trabalhos abordando tal temática, discutindo as postagens enquanto documentos digitais. Alguns abordaram o uso das postagens em estudos dos seguintes assuntos:

- Análises de discursos
- Análise de conteúdos
- Análise de atos criminosos cometidos em redes sociais
- Análises de variados assuntos através de redes sociais e suas postagens

- Aprendizado e ensino
- Saúde (Psicologia, Nutrição, Medicina)
- Marketing
- Política
- Monitoramento de determinados temas nas redes sociais

5 PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS E DOCUMENTOS DIGITAIS

5.1 Indícios do despertar dos documentos digitais

O Movimento dos Annales, ou História Nova ou Escola dos Annales, nasceu a partir do encontro e colaboração de teóricos ao longo de seis décadas, com a produção de estudos divulgados na revista, de nome inicial, *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Tal revista nasceu em 1929, com Lucien Febvre e Marc Bloch a sua frente, com a pretensão de não ser apenas mais uma revista historiográfica, podendo a revista ser entendida como a materialização da chamada História Nova, nascida no bojo do processo de renovação da ciência, quando deu-se a aceleração da afirmação de algumas disciplinas enquanto ciência, como as ciências humanas e a ciências sociais.

Assim, este movimento historiográfico foi iniciado bem antes do Movimento Neodocumentalista, e de forma geral, ele questionou a forma de narrativa “tradicional”, optando por uma perspectiva historiográfica que conversasse de forma interdisciplinar com as Ciências Sociais sendo, pois, uma inovação. A crítica dos fundadores da Revista dos Annales residia no fato de que a história positivista do século XIX considerava como fontes históricas válidas, apenas os documentos oficiais produzidos pelo Estado. Ao contrário desta visão, a nova história, nos anos 1970, ampliava a sua compreensão sobre os tipos de registros que poderiam contribuir para compreender a história (jornais, revistas, diários pessoais etc.) sendo, portanto, inevitável hoje, considerar também os objetos digitais como documentos e fontes para a história das mentalidades e das representações coletivas, como as postagens das redes sociais, cujas informações estão sendo usadas por instituições públicas e privadas para mediar a comunicação com a sociedade, além de, inclusive, já figurarem como provas em processos judiciais.

O ato de narrar um acontecimento e registrá-lo por escrito num suporte – ou seja, a produção de um documento escrito – é um exemplo

“clássico” da ação de documentar que auxilia, por sua vez, a compreender a dimensão da tradição no âmbito historiográfico. Cabe salientar que o documento/produto originário dessa ação foi tão amplamente aceito e convencionado que a “História Positivista” de Ranke considerou somente os documentos escritos – contidos nos arquivos – como fontes históricas válidas. (Rabello, 2011, p.134).

Segundo Le Goff (1998), a crítica e combate do *Annales*, por muitos anos, foi a história política, um “teatro de aparências, que mascara o verdadeiro jogo da história”, e uma “crítica implacável da noção de fato histórico” Le Goff (1998).

Recusar a história superficial e simplista que se detém na superfície dos acontecimentos e investe tudo num fator (...) O essencial, no entanto, é esse apelo a uma história profunda e total. Primeiro quebrar essa história pobre, solidificada, com a aparência enganadora de pseudo-história. (Le Goff, 1998, p.31).

Assim, contrário ao exemplo clássico da ação de documentar, ficou evidente para esse grupo do *Annales*, que “o ato de documentar é externo ao objeto, numa ação interpretativa, subjetiva e/ou social” (Rabello, 2011, p. 6), e não apenas aceitar a história narrada e registrá-la por escrito em um suporte. O autor destaca que tal evidência, a de que documentar é ação interpretativa externa ao objeto, fora um divisor de água que permitiu novas conceituações de documentos. Nesse entendimento, este estudo se pautou para defender que, de fato, o conceito de documento tem uma dimensão ampla que abrange as relações do sujeito com o objeto que passa a ser chamado documento, após as interpretações e significados dado pelo sujeito ao objeto.

Tal compreensão ampliada sobre os tipos de registros, permitiu assim, novas conceituações de documentos. Rabello (2011) cita exemplos dessas novas conceituações de documentos, como o ‘monumento’ de Le Goff (1994), o ‘objeto da memória’ de Meneses (1998), o documento como uma ‘vida social’ de Appadurai (1991) e o documento como uma ‘biografia’ própria, segundo Kopyto (1991).

Nota-se que o desejo pela abertura ao novo abarcando novas perspectivas de estudo, em contraponto com uma convenção estanque, foi o fio condutor no movimento *Annales*, e no qual esse trabalho se baseou para traçar sua defesa a respeito da integração de postagens, como passível de se tornar documentos.

Um dos intelectuais que contribuíram para a revista *Annales* foi Braudel, o mais importante e poderoso historiador francês segundo Burke (2010). Além de contribuições em outros temas, dedicou-se ao estudo da cultura material, no que retomaremos adiante.

No momento, nos interessa demarcar sua inovação na história, com a introdução da vida cotidiana.

Como em relação ao espaço, Braudel em seus temas subverte as fronteiras tradicionais da história econômica, deixa de lado as categorias tradicionais da “agricultura”, “comércio” e “indústria”, e observa, substituindo-as à “vida diária”, o povo e as coisas, “coisas que a humanidade produz ou consome” (...) dos conceitos básicos subjazem a esse primeiro volume, um deles, “vida diária”, o outro, “civilização material” (Burke, 2010, p.66).

Do pensamento de Braudel, que transpõe para dentro do estudo da história, da vida cotidiana e das “coisas que a humanidade produz ou consome” – o que Burke (2010) chama de “pequena história” do dia a dia – este trabalho compartilha do seu posicionamento, pois acredita no valor social que há nas micro e ordinárias tarefas e revoluções do homem, no seu fazer diário, nas suas invenções cotidianas que a ele vão se unindo, que à sua vida vão se impregnando, ao ponto de se revelarem muito maiores do que ‘pequenas’. Fazemos um paralelo com o raciocínio que perpassa esse estudo, e concluímos que as plataformas de redes sociais já são uma invenção e um hábito de consumo inerentes às rotinas das pessoas, e poderia por isso, adentrar nos estudos da história dos costumes.

No que concerne aos estudos da Ciência da Informação, a História Nova contribuiu de forma incontestável, para ampliar o campo de documento histórico. No ano de 1861, ano da publicação de seu, *De Re Diplomatica*, Don Mabillon, pai da história erudita, funda em definitivo a crítica dos documentos de arquivos, com a história nova substituindo a tradição e predominância do documento escrito, por uma “história baseada numa multiplicidade de documento” (Le Goff, 1998, p.28). A revista *Annales* indicava que a história nova já tinha uma própria tradição representada através da própria revista, isto é, das suas publicações. Tal qual a História Nova, a revista também irrompia em desejos inovadores, “antes de tudo, tirar a história do marasmo da rotina, (...) derrubar as velhas paredes antiquadas, os amontoados babilônicos de preconceitos, rotinas, erros de concepção e de compreensão” (Le Goff, 1998, p.29).

Acerca do movimento Neodocumentalista, segundo Gustavo Saldanha (2013), o nome ‘neodocumentação’ em primeira instância, remete às obras dos primeiros ‘documentalistas’, a saber, o cânone Otlet-Briet, mas vão além destes, e, em um confronto com o contexto digital (*web*), buscam refundar a ideia do que vem a ser um documento.

Esse movimento novo surge com o objetivo de compreender uma nova realidade, onde documentos físicos e digitais coexistem, sendo necessário entender as consequências dessa relação, para melhor se conceituar o que é documento.

Tal Movimento inaugurou uma fase em que se focou nas discussões sobre documento, revisitando por um lado os autores canônicos e por outro lado, abarcando o contexto contemporâneo digital, buscando se chegar a uma definição de documento eletrônico, por exemplo. “O RTP-DOC tentou chegar a uma definição de um documento eletrônico, mas reconhece que esta é uma definição em andamento devido aos avanços contínuos na tecnologia digital” (LUND, 2008). O RTP-DOC – *Résau thématique pluridisciplinaire: Documents et contenu: création, indexation, navigation*, é uma rede de investigação francesa sobre documento digital, liderada por Jean Michel Salaun, professor da ENSSIB. Pode-se notar aí, o despertar para os estudos dos documentos digitais.

O movimento buscava não apenas definir documento, mas também, fazer com que tal discussão influenciasse a forma de pensar e de trabalhar a informação registrada no seu novo contexto (como o atual contexto digital), sendo também uma questão epistemológica da abordagem dada ao objeto da Ciência da Informação.

Baptista e Rodrigues (2020) explicam que, “essa nova forma de documentarização” (proposta pelos neodocumentalistas) busca refletir “uma organização pós-moderna de nossa relação com o mundo, que pode ser vista nas esferas privada, coletiva e pública, cada vez mais sobrepostas”. De fato, a relação pós-moderna evidencia a imbricada relação entre as esferas pública e privada, veja-se a exposição das vidas privadas nas plataformas de redes sociais, tornando pública a privacidade e intimidade. Tais níveis antes muito bem delimitados (ora, a exposição da privacidade era como um tabu, diferente de hoje, que começa a ser como a regra) perdem a demarcação de suas fronteiras cada vez mais, havendo uma fluidez e fusão de ambos. As autoras continuam, “como na modernização anterior, o documento participa do processo e desempenha um papel fundamental, mas evoluiu ao ponto de se perguntar se ainda é a mesma entidade”. (Baptista; Rodrigues, 2020, p.6).

Neodocumentação e Redocumentarização (este, o termo francófono equivalente ao movimento da neodocumentação) são termos que se referem à corrente de pensamento emergida de diferentes contextos, mas com objetivos similares, cuja origem não tem data específica, mas pode-se traçar rastros, segundo Rodrigues e Baptista (2020). A Neodocumentação ou Movimento Neodocumentalista, destacou autores como Buckland

e Lund, que se interessavam pelo trabalho dos documentalistas europeus do século XX e se organizaram em uma agenda neodocumentalista que resultou em uma rede de pesquisa, *The Document Academy*.

Como apontam Rodrigues e Baptista (2020) de acordo com Buckland, essa rede se interessava nas diferenças entre os documentos em papel e os documentos digitais e demais tratos advindos dessa dessemelhança como, a transição e as consequências da transição de uma tecnologia para outra, ou seja, uma "re-documentarização". Tal preocupação, sobre diferenças entre documentos físicos e digitais, é compartilhada aqui pela autora, que a julga relevante na atualidade, especialmente no tocante ao suporte *online* dos documentos, que acarreta características muito específicas ao documento nele transportado – deveras, ao documento em si. A seguir, é apresentado um quadro com conceitos de documentos segundo os autores canônicos (os dois primeiros) e segundo os chamados, neodocumentalistas (os dois últimos).

Quadro 3 – Conceitos de documento

AUTORES	ÁREA	ANO	DOCUMENTO
Otlet	CI	1934	"As coisas materiais em sim (objetos) podem ser consideradas documentos quando se colocam como elementos de estudo ou provas de uma demonstração".
Briet	CI	1951	"[...] todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado com a finalidade de representar, reconstruir ou demonstrar um fenômeno físico ou intelectual".
Buckland	CI	1991	Informação-como-coisa: livros, textos, fotografias, edifícios, pessoas, eventos apontam para alguma informação, logo se constituem em evidência física, em documento, ou seja, "em coisa a partir da qual se pode aprender".
Rendón Rojas	CI	1999	Objetivação do pensamento. Serve de orientação ao projeto social humano. Só é documento quando tratado como tal, isto é, quando submetido a certas estruturas pelo cientista da informação.

(Fonte: Rondinelli, 2011)

Por fim, p nota-se que tanto no movimento dos *Analles* (historiográfico) quanto no movimento Neodocumentalista, seus autores deixam clara a preocupação em considerar o contexto digital da documentação em seus estudos.

5.2 Reflexão sobre as postagens de plataformas de redes sociais enquanto documentos digitais.

Historicamente, a ideia de documento tem suas raízes nos estudos de Documentação, e esta por sua vez, surge como disciplina que deu origem mais tarde, junto à Biblioteconomia, à Ciência da Informação, apesar de, dissociada dela.

Num artigo pioneiro e atual, Shera (1968) aponta os inícios da Ciência da Informação, destacando sua dissociação da Documentação, proposta por Otlet, e da Biblioteconomia. Na mesma perspectiva, Borko (1968) descreve as bases da Ciência da Informação, sistematizando seu objeto, importância e aplicações. Ainda, Saracevic (1996) enfatiza o caráter multidisciplinar dessa nova ciência. (Murguia, 2010, p.124).

Segundo Borko, a Ciência da Informação está “relacionada com um corpo de conhecimentos que abrange a origem, a coleta, a organização, o armazenamento, a recuperação, a interpretação, a transmissão, a transformação e a utilização da informação” (BORKO, 1968). Sua investigação tem como objetos, as representações da informação no sistema natural e artificial (uso de códigos) e o “estudo dos serviços e técnicas de processamento da informação e seus sistemas de programação”.

Nota-se, pois, a preocupação do autor em incluir nos estudos de informação, a inserção de “sistema artificial” e “sistemas de programação” e, juntamente a isso, o fato de que Borko (1968) informa que a CI está relacionada a uma lista de disciplinas, dentre elas a Ciência da Computação, o que denota, desde 1968, a importância da renovação dos estudos em Informação e Documentação, frente ao paradigma tradicional vigente à época. Isto é, revelava então, uma preocupação pela inserção do contexto digital nos estudos de informação e documento.

De acordo com Murguia (2010), a Documentação é uma das áreas de estudo que, relacionadas à Ciência da Informação, tem no documento o seu objeto de pesquisa. Ao longo da história, o conceito de documento vem sendo discutido e moldado conforme as mudanças e avanços de cada época e seus subsequentes contextos sociais e fatores diversos. Contudo, a tradição sempre colocou bibliotecas e arquivos como lugares de referência dos documentos:

Tradicionalmente, bibliotecas e arquivos têm sido considerados locais privilegiados de conservação da memória, ideia intimamente associada à guarda/custódia de documentos (suportes materiais de informação, predominantemente em papel), com o fim supremo de servir interesses culturais e de investigação (especialmente a histórica). (Ribeiro, 2009, p. 1).

Ao longo da história, o documento vem sendo discutido e moldado conforme as mudanças e avanços ocorridos em distintos contextos sociais, provocados por fatores diversos. Tais avanços, contextos e fatores, ou poderiam configurar mudanças de paradigmas nos estudos sobre documentos, podendo ratificá-lo como um mero suporte de

conservação de memória, ou poderiam levar a uma ruptura com a tradição, provocando o surgimento de estudos que apontavam para a ampliação do conceito de documento na era digital.

A visão tradicional entrou definitivamente em colapso e a tecnologia está na gênese de um novo paradigma em que o objeto “documento” – bem valorizável na categoria de “patrimônio”, que importa conservar como testemunho material não só porque contém informação, mas também porque constitui um artefato inserido na cultura de uma dada época – está rapidamente a ser substituído pelo objeto “informação”, entendida como fenômeno humano e social, que se torna cognoscível e potenciador da produção de conhecimento científico sobre si próprio. (Ribeiro, 2009, p.4)

A história mostrou que a Documentação, enquanto disciplina, deve muito a Otlet e a seu projeto Mundaneum, projeto esse em que Otlet “aspirava a construir um centro de documentação que tornasse possível o controle e a referência de toda a produção bibliográfica à escala mundial” (Ribeiro, 2009). Sofreu influência da revolução das Tecnologias da Informação e da Comunicação no século XIX (telégrafo, telefone, fotografia, rádio, cinema), influência essa, acelerada após a 2ª Guerra Mundial, alcançando seu auge com a introdução do “digital” e da Internet nas duas últimas décadas.

Na concepção de Otlet, a biblioteca não era mais um espaço tradicionalmente destinado à reunião física de livros e documentos, e sim, um espaço comprometido com a recepção e difusão da informação, e o seu acesso e compartilhamento, inaugurando a “era pós-custodial”, ou seja, uma era não preocupada apenas em custodiar passivamente os documentos.

Com efeito, a simbiose entre a informação e a tecnologia digital veio pôr em causa a noção estática e clássica de documento como conceito operatório e como objeto de conhecimento, e assinalou a entrada dos Arquivos e das Bibliotecas na chamada “era pós-custodial”, passando a Informação a afirmar-se como objeto em torno do qual se produz conhecimento científico numa área que, em 1958, nos Estados Unidos da América, foi batizada com o nome de Information Science. (Ribeiro, 2009, p.05).

Portanto, pode-se refletir que desde Otlet e o seu seminal *Tratado de Documentação*, somando-se à revolução tecnológica do século XIX, e posteriormente, à introdução da internet e consequentes desdobramentos nos estudos da informação, discussões sobre documento, começaram a ganhar espaço, em paralelo e, algumas vezes,

conjuntamente com as discussões sobre informação. Mais adiante este fato será retomado e detalhado, dentro do chamado Movimento Neodocumentalista.

Ainda sobre a linha canônica francesa documentalista, Suzanne Briet é uma das grandes responsáveis pelo prosseguimento e divulgação da Documentação de Otlet. Briet se refere ao documento como uma evidência em apoio de um fato, o que se apreende de sua obra de 1951, *Qu'est-ce que la documentation*, um manifesto sobre a natureza da documentação. Ela também ampliou a definição de documento, e considerou a possibilidade de seres vivos se tornarem documentos, apresentando seu famoso exemplo do antílope, que pode ser um objeto de estudo (uma evidência física usada por aqueles que o estudam) em um zoológico. (Briet, 1951, p.37).

Baptista e Rodrigues (2021) citam, por outro lado, o pensamento visionário de Otlet, destacando sua já avançada definição de documento, à época, que afirma ser documento “o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é, também, atualmente, o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica” (Otlet, 1937, p.1). Baptista; e Rodrigues (2021) afirmam ter sido esse pensamento o ponto originário do movimento documentalista que se espalharia através de correntes em diversos países.

De acordo com Rabello (2011), historicamente, a palavra documentação (como ideia de documento) assumiu designações distintas, tais quais: meio de prova histórica; profissão ensinada em escolas técnicas, cujo saber técnico-intelectual especializado era requerido; e disciplina acadêmica criadora de saberes que inspiram as práticas documentais. Enquanto objeto de estudo de uma disciplina, pode-se ligar o documento à Documentação.

A disciplina Documentação parece ter sua origem relacionada ao início do movimento bibliográfico, no final do século XIX, como podemos extrair de Rabello (2011), tendo tido uma maior definição após a publicação do *Traité de Documentation*, escrito por Paul Otlet, em 1934. Portanto, o autor esclarece ter sido a primeira derivação da Documentação, vinda da disciplina denominada Bibliografia.

Os documentalistas clássicos franceses, Otlet e La Fontaine, foram os responsáveis pela criação do Instituto Internacional de Bibliografia e do Repertório Bibliográfico Universal em 1895, como informa Rabello (2011), dando início à organização da Documentação como corrente teórico-prática, cujo lançamento do *Traité* de Otlet (Tratado de Documentação), vem a consolidar tal fato.

Como apontado em parágrafos anteriores, Otlet já apresentava uma visão mais ampliada e moderna acerca de documento, e sobre o que as bibliotecas deveriam ser/ter. Seu pensamento, considerado referência, veio a originar o chamado movimento Neodocumentalista, que se dividiria em correntes por diferentes países como Espanha, França, Estados Unidos, Portugal, dentre outros. Dada essa conjuntura histórica sobre documento, passemos à reflexão envolvendo as postagens.

O conceito de documento é reinventado de acordo com o desenvolvimento das sociedades e das tecnologias que vão sendo empregadas em cada época. Um documento pode ser entendido como um documento desde que é gerado, ou pode vir a ser reconhecido como tal, em razão do seu potencial de informação ser considerado valioso. Nesta esteira, este estudo se empenha em refletir sobre como as plataformas de rede social e o produto delas, as postagens, geram um formato próprio de comunicação em suas interfaces, e por conseguinte, podem gerar uma nova cultura documental.

Defendemos neste trabalho, a abordagem social do estudo da informação, por acreditar que possibilita maior compreensão a respeito do que pode ser considerado documento, uma vez que o aspecto social provém das relações humanas, de onde surge, por sua vez, toda a sorte de acontecimentos e de materiais que podem, mais tarde, ser denominados documentos.

A literatura contemporânea apresenta três paradigmas nos estudos da Ciência da Informação, a saber: 1) o paradigma custodial (historicista, patrimonialista e tecnicista); 2) o paradigma pós-custodial (informacional e científico); 3) e o paradigma político-ideológico e sociocultural. Este estudo adota em suas análises, este último e mais recente paradigma. Ribeiro e Silva (2020) explicam que o paradigma político-ideológico e sociocultural apresenta as seguintes características: a Sociologia e a Antropologia em lugar da História, da Filologia e das Humanidades; a alteração da mediação da informação passando do “passivo, custodial e elitista” para o ideológico e sociocultural; o “olhar crítico face às novas Tecnologias da Informação e Comunicação”; dentre outros.

Pode-se inferir a partir de Santos (2018), que a informação pode ser estudada também, a partir de uma divisão dualista de paradigmas: o pós-custodial (aspectos técnicos e sociais) e o custodial (aspectos técnicos), sendo que este último, não daria conta de compreender a informação como um fenômeno social.

Pensar a informação apenas num paradigma tecnicista é desconsiderá-la como um fenômeno social, pois a técnica em si não consegue

compreender o fenômeno, é preciso refleti-lo tanto no contexto social quanto cultural a fim de identificar e entender suas principais propriedades e os fluxos que as envolve. Nesse sentido, acredita-se que a CI é uma ciência pós-custodial e contemporânea, à qual cabem tanto os aspectos empíricos e técnicos de uma área aplicada quanto os aspectos de uma área social. (Santos, E. V. D, 2018, p.13).

Já a respeito dos estudos de documentos, Lund (2022), em seu texto “Teoria do documento”, reflete sobre duas linhas regentes da teoria do documento, desde Paul Otlet até os dias hoje, sendo a primeira linha, a que diz respeito à escolha entre a definição ampla ou restrita de documento: consideramos que tudo pode se tornar um documento ou restringimos o que pode ou não ser considerado um documento? O autor explica que há uma tensão no momento da definição dos elementos constitutivos de um documento, e que para tanto, é necessário escolher por qual perspectiva será feita essa definição: levando-se em conta “as propriedades físicas e as circunstâncias sociais de um documento” ou “a interpretação mental ou cognitiva de um documento”. Ambas as linhas (abrangência da definição e elementos constitutivos de um documento) “dependem grandemente da perspectiva a partir da qual a teoria do documento é discutida”. (Lund, 2022, p.36).

Lund resume que os estudos atuais se dividem em, lidar com os documentos de forma prática, isto é, seu formato e sua diversidade de tecnologias e um interesse em compreender na sociedade e na cultura em geral, o papel dos documentos. Contudo, Lund ressalta que há a possibilidade de lidar com as duas linhas ao mesmo tempo e cita Frohmann como um exemplo de autor que combina ambas as linhas. Lund demonstra que Frohmann acredita na importância do debate de ambos os posicionamentos e informa que ele questiona sobre o que determinaria o tipo de documento, se seria o problema, a estrutura organizacional, a disciplina, ou outros fatores. **“Pode ser importante, ao concluir, admitir que, talvez nunca cheguemos à teoria final do documento, à própria essência do documento”** (grifo nosso), finaliza Lund (2022).

No contexto das plataformas de redes sociais, as postagens poderiam ser compreendidas como documentos de um tipo específico? Este trabalho acredita que sim e busca entender o papel do documento na sociedade e na cultura levando em conta a diversidade tecnológica vigente. A partir da perspectiva social de estudo (e cultural) da informação e do documento, e a partir da definição ampla de documento, situamos as postagens, a partir da sua interação com os usuários, como um tipo de documento irradiador de sentidos. A partir dessa interação, o indivíduo dá sentido e valores

específicos à postagem, a utilizando com finalidades particulares, tornando-se, pois, uma espécie de nova documentalidade digital.

Sobre documento enquanto objeto, Couzinet (2009) pensa ser possível que, ao se conceitualizar um objeto, este possa tornar-se um documento. “Escrito, objeto ou imagem, ele é socialmente construído e considera interesses ou posições diversas em contextos bem definidos” (Couzinet, 2009, p.14). A autora considera ainda, o documento como objeto material:

Na maioria das vezes, trata-se de objetos materiais diversos, que guardam o registro de uma civilização, de uma arte de fazer ou de um uso preciso. Contudo, e aí está talvez o elemento essencial, não existe documento em si, ou então, para retomar a expressão utilizada por Jean Meyriat “ele está adormecido”. Para ativá-lo e lhe conferir a sua função de portador de um conteúdo informacional, é necessário questioná-lo. Assim a questão ou o interesse conferido ao documento, de alguma forma o desperta e o revela. (Couzinet, 2009, p.14).

Assim, pode-se fazer um paralelo entre documento entendido enquanto objeto, com o pensamento de Baudrillard, acerca do objeto:

Todo objeto tem, desta forma, duas funções: uma que é a de ser utilizado, a outra a de ser possuído. A primeira depende do campo da totalização prática do mundo pelo indivíduo, a outra um empreendimento de totalização abstrata realizada pelo indivíduo sem a participação do mundo. Estas duas funções acham-se na razão inversa uma da outra. Em última instância o objeto estritamente prático toma um estatuto social: é uma máquina. Ao contrário, o objeto puro, privado de função ou abstraído de seu uso, toma um estatuto estritamente subjetivo: torna-se objeto de coleção (Baudrillard, 1997, p.94).

Dessa forma, entendemos nessa pesquisa que uma postagem é um objeto com uma função primária, qual seja, a de ser publicado em uma plataforma para informar algo, ao mesmo tempo em que é alimentado com novas informações através dos comentários dos usuários das plataformas no qual o *post* encontra-se publicado. Sua função original é, pois, servir como um típico *post* (postagem) de uma plataforma de rede social como o Facebook ou X, isto é, veicular alguma informação aos usuários da plataforma, seja para entreter, seja para ensinar sobre um determinado assunto. Uma vez que esse objeto é possuído (tomado, apropriado) por um sujeito (pelo usuário), outras funções podem ser por ele, atribuídas ao *post* (objeto), como a função de provocar alguém (quando o recebimento do *post* causa desagrado devido ao seu conteúdo); a função de ensinar alguém sobre determinado assunto com o uso do conteúdo do *post*; a função de

desinformar; ou ainda, a função de servir como documento em um determinado trabalho acadêmico, dentre tantas outras tantas funções possíveis.

A função social do documento age como protagonista no momento de se avaliar as postagens enquanto documentos, pois elas podem carregar força, valores e crenças e transmitir diferentes finalidades, tudo isso gerado a partir da relação de significação com o sujeito que o consome e que dele se utiliza (no ambiente digital ou fora dele) – “materiais digitais são constituídos tanto pela representação digital, quanto pelas formas de percepção produzidas a partir dela” (Lévy, 2001, p. 138). Por todas essas razões, acreditamos, inclusive, na função social que um *post* tem enquanto documento.

Refletir sobre novas entidades e novos conceitos de documento, no atual contexto de rede informacional e produção exponencial de informação digital (como as postagens de redes sociais), importa para a Ciência da Informação, sobretudo porque o uso das redes sociais já faz parte da cultura de massa contemporânea, já tendo adquirido novas funções além das relativas ao entretenimento, passando a ser ferramenta de trabalho de jornalistas, políticos, empresários, profissionais da educação, da saúde etc., que a utilizam como forma de divulgar conteúdos relativos à sua área de atuação profissional: “porém, as pessoas se beneficiam dos conteúdos disseminados pelas mídias e os buscam para necessidades cotidianas, profissionais e para fins acadêmicos, por conseguinte, cada vez mais as mídias sociais digitais se tornam fontes de informação” (Tomáel, Maria Inês; 2016, p.141).

Até mesmo instituições públicas da esfera governamental delas já fazem uso como ferramenta de trabalho, seja na divulgação de suas atividades, seja como forma de conexão com outros entes, dentro das atribuições de suas atividades.

Enquanto as empresas detectam tendências pela análise do conteúdo de mídias sociais, os governos despertam para a sua exploração, com o propósito de identificar oportunidades para manter suas atividades orientadas para o futuro. Segundo Grubmüller, Götsch e Krieger (2013), os governos começam a considerar o valor das mídias sociais como fontes de informação e como instrumento para a seleção de feedbacks e a detecção de tendências futuras. (Tomáel; 2016, p.147).

Rondinelli (2011) chama a atenção para o fato de que, “no ambiente digital a novidade vai além da peculiaridade do suporte”, pois nele, o documento foge “totalmente aos padrões mais conhecidos como a linguagem alfabética, registrada em papel e de leitura direta bem como sua relação inextricável com o suporte” (Rondinelli, 2011,

p.223). Sendo hoje, a linguagem binária e a necessidade de “intermediação de programas computacionais” a realidade vigente, adicionando a isso, a alta capacidade comunicacional das tecnologias de rede, o que leva a autora a se questionar, “Mas comunicação de que? De dado, informação, documento, documento arquivístico?” (Rondinelli, 2011, p.223).

Não se adentrará na discussão acerca de documentos arquivísticos, cabendo aqui, apenas explorar e refletir sobre formas contemporâneas de documentos, a partir dos usos que se faz atualmente, das plataformas de redes sociais. Contudo, vale, a título de conhecimento, partilhar o quadro abaixo, que mostra a classificação dos documentos digitais, segundo Rondinelli (2011):

Quadro 4 – Classificação documento digitais

CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DIGITAIS

<p>▼ 1 DOCUMENTO DIGITAL ESTÁTICO Não permite alteração na forma e no conteúdo além das determinadas pela tecnologia como abrir, fechar, diminuir, aumentar etc. Exemplo: documentos com equivalentes em papel: carta em <i>Word</i>; recibo de compra <i>on line</i>.</p> <p>▼ 2 DOCUMENTO DIGITAL INTERATIVO Permite alteração de forma e/ou conteúdo por meio de regras fixas ou variáveis.</p> <p>▶ 2.1 DOCUMENTO DIGITAL INTERATIVO NÃO DINÂMICO As regras que gerenciam forma e conteúdo são fixas e o conteúdo é selecionado a partir de dados armazenados no sistema. Exemplo: catálogos de vendas <i>on line</i>;</p> <p>▶ 2.2 DOCUMENTO DIGITAL INTERATIVO DINÂMICO As regras que gerenciam forma e conteúdo podem variar. Exemplo: serviços de previsão do tempo e de cotação de moedas cujos conteúdos estão sempre mudando (sistemas de informação e não documentos propriamente).</p>

(Fonte: Rondinelli, 2011)

Como se pode verificar, tal classificação remonta de doze anos atrás, e pode estar obsoleta por não contemplar, por exemplo, as postagens de redes sociais em seus exemplos de tipos de documentos digitais, apesar de ter incluído como exemplo “catálogos de vendas *online*”. As contextualizações com seus períodos históricos devem ser levadas em conta no momento de se tentar classificar os tipos de documentos. Atualmente, a lei brasileira tem contemplado as postagens como provas materiais em crimes, e, portanto, classificá-las como documentos digitais seria um caminho aceitável. Com a internet, o conceito de informação ultrapassou aquele relativo à área da comunicação científica. No século XXI, a informação ganha contornos sociais, culturais, políticos e ideológicos e uma variada gama de estudos. Na mesma esteira, o conceito de documento acompanha a mesma tendência

Apesar da divisão de estudos entre documentos e informação ser válida para a CI, que pode levar ao aprofundamento de temas especializados inerentes a cada uma das áreas, é importante notar, por outro lado, que o contexto atual das plataformas de redes sociais clama por uma forma multidisciplinar de se estudar tanto o documento, quanto a informação conjuntamente. Se o documento é constituído por uma informação institucionalizada e materializada como separar em estudos de mídias sociais digitais, o documento (*o post*) e a informação nele contida e vice-versa?

A respeito dessa divisão de estudos, advinda do “fenômeno da especialização – condição do progresso do conhecimento científico e elemento de prestígio próprio – que atingiu a segunda metade do século XX dimensões alarmantes” (Dal’Evedove; Fujita, 2013, p.03), estes mesmos autores esclarecem que a especialização advém, dentre outros, da austera divisão do trabalho na modernidade. A crítica está no fato de que o conhecimento especializado tende a ignorar a vasta e complexa realidade, ao se delimitarem em um único campo, visto que este representa apenas uma parte do conhecimento humano.

Ainda, como dissociar, para fins de compreensão da desinformação, o documento da informação, se a desinformação em si já é uma forma materializada no suporte (documento) do desejo de propagar inverdades, desviando a informação original de seu curso e desviando a informação original da sua função inicial de informar um fato verídico? A materialidade da desinformação se revela também, na intencionalidade do sujeito em afastar o sentido primeiro da informação, o de informar, o de ensinar um fato ou conhecimento.

Estudar o conceito de documento no âmbito das plataformas de redes sociais, é uma forma de inovar nos estudos da CI, no contexto da tecnologia digital, e é uma forma de explorar variantes temáticas, como o fenômeno da desinformação. Através de uma visão mais integral do documento, abarcando tanto forma quanto conteúdo, contemplando aquilo que está implícito, e o que está adjacente, pode ser uma via de análise para o estudo do documento no contexto digital. Absorvendo as significações sociais, “seu papel nos sistemas sociais” (Lara, 2010, p. 37).

Voltemos à questão inicial dessa subseção: ‘postagens enquanto documentos digitais sociais e enquanto fontes de informação’. Para se fazer elucubrações acerca desse tópico, deve-se antes, senão chegar a uma única definição, buscar entender sobre o conceito de documento. O que é um documento? Para Meyriat, “o documento pode ser

definido como um objeto que suporta a informação, que serve para comunicar e que é durável (a comunicação pode, assim, ser repetida)” (Meyriat, 1981, p.02).

Duas noções intervêm conjuntamente aqui, uma de natureza material (o objeto que serve de suporte), a outra conceitual (o conteúdo da comunicação, isto é, a informação). As duas são inseparáveis uma da outra, e a conjunção das duas é essencial nesta definição. (Meyriat, 1981, p.02).

Assim, o autor entende que as duas noções, a de objeto (o suporte) e a de conteúdo (a informação), definem documento conjuntamente. O trabalho partilha deste entendimento para apoiar a reflexão acerca das postagens enquanto documentos, levando-se em conta a análise do seu conteúdo, dentro de um contexto, e não apenas o seu suporte binário. Mesmo que o formato de uma postagem por si só, já se enquadre em um dos critérios de Meyriat, o de poder ser repetido – e no caso de postagens, estas podem ser compartilhadas repetidamente – defende-se neste estudo, a análise conjunta: tanto a natureza material (o suporte) quanto a natureza conceitual (o conteúdo, a informação).

Por outro lado, o autor também argumenta que, “cada mensagem tem um significado e não se pode definir um documento independentemente do significado da mensagem que ele tem a função de transmitir” (Meyriat, 1981, p.02). Assim, é que o significado de uma postagem do *X*, por exemplo, construído em conjunto com os indivíduos que consomem essa postagem, dotarão esta postagem de uma função específica, como a de servir como registro para fins de prova, em um caso criminal, sendo nesse caso, portanto, um documento nato, de acordo com Meyriat, pois uma postagem é durável porque pode ser incontavelmente repetida na forma de seu compartilhamento. Meyriat adota a linha de definição ampla do documento, como se pode notar:

Todo objeto pode, então, se tornar documento. Minha bicicleta poderá um dia fornecer, a quem saiba lhe interrogar, informações sobre o lazer da burguesia em meados do século XX, sobre o tamanho médio dos franceses nesta época, sobre as técnicas empregadas pela construção mecânica, sobre o estado da rede rodoviária ou sobre as repercussões da crise petroléira. (Meyriat, 1981, p.03).

Em contraponto à durabilidade e permanência de uma postagem, através de sua repetição (compartilhamento) existe a efemeridade. A efemeridade de uma postagem na rede social pode ter a ver com o seu local de publicação no *feed*. Logo após ser publicado, ao se rolar a página do *feed* (página onde as publicações são mostradas), o *post* não estará

mais na sua posição de origem, sendo sobreposto por outros. Ou seja, a efemeridade, a temporalidade, ao mesmo tempo que pode demarcar uma característica das postagens enquanto documento digital, pode ser, por outro lado, uma característica que faz questionar se são de fato, documento.

Isso suscita a importante questão se é possível falar realmente de documentos digitais. Se são apenas uma coleção temporária de partes díspares reguladas por uma determinada linguagem de programação, possibilitando uma forma perceptível por algum limitado tempo, pode-se perguntar se faz sentido falar de documentos em um ambiente digital. Alguém pode perguntar: Onde está o documento? É possível falar de documentos se o documento pode mudar ou mesmo desaparecer em segundos?” (Lund, 2022, p.22).

Costa, Gomes, Silva (2017) explicam que 11% do material gerado pelas plataformas de redes sociais, como postagens no X, é apagado após um ano; 13% dos links de referências da web que remetem para artigos acadêmicos desaparecem após 27 meses, e 80% das páginas da web, após 1 ano, não estão mais disponíveis em seu formato original. Dessa forma, nota-se uma ambiguidade do documento digital: sua permanência (através de sua reprodução por compartilhamento em grande escala) e sua efemeridade, através da sua possível exclusão (proposital, ocorrida pelo seu criador, ou indiscriminada, ocorrida através das ‘desconhecidas regras da internet’).

A informação só adquire valor através do seu uso; o que se dá após a produção do documento que a veicula. Um jornal, que habitualmente é consumido para se acessar informação, pode ser utilizado como fonte para uma pesquisa acadêmica, ou como peça de coleção em um museu. O objeto permanece fisicamente o mesmo – um jornal – e a depender do valor que é atribuído a ele, se pode fazer dele um documento. “Assim, o documento não surge como tal, *a priori*, mas como o produto de uma vontade, aquela de informar ou se informar – a segunda ao menos, sendo sempre necessária” (Meyriat, 1981, p.04). Almeida Júnior corrobora a ideia de valor da informação pelo uso:

Para Almeida Júnior (2009), a informação é determinada pelo usuário a partir do momento em que ele tem contato com o conteúdo. Segundo o autor, isso ocorre porque há modificação, mudança, transformação do conhecimento, passando o usuário a ser coprodutor da informação. Assim temos o cognitivo de cada usuário atuando de forma diferente e entendendo a mensagem segundo seu modo. (Baptista Pereira, D.; Pires da Silva, E., 2020, p,116)

Já Meyriat frisa a imprescindível expressão da vontade do indivíduo em obter uma informação, em se informar, para que um objeto seja considerado como documento, o que torna claro, portanto, que não é a vontade do criador o fator determinante na definição de documento, mas sim a vontade do indivíduo de se informar. A esse aspecto mental que particulariza o indivíduo no processo de definição de documento, somam-se os destacados aspectos material e social que subjazem a esse processo, e do qual parte este estudo. Paralelo ao desejo do indivíduo em se informar, a própria informação, segundo Meyriat, deve ter como uma de suas funções, a de ser útil:

Quadro 5 – Função da Informação

Gêneros de informações		Duração da vida da informação	
		Instantânea	Durável ou definitiva
Função da Informação	ser útil explicitamente	«informação utilitária ou de orientação» (<i>information de renseignement</i>)	informação especializada (científica, técnica...)
	prazer, diversão, enriquecimento (utilidade difusa)	informação nova [nt. <i>nouvelles</i> está no plural e nesse caso pode designar <i>notícias</i>]	informação cultural (aculturante)

(Fonte: Meyriat, 2016)

Assim, para que uma postagem possa ser considerada um documento, entende-se aqui como relevante a análise concomitante dos seguintes elementos: o objeto e o conteúdo, a vontade do sujeito de se informar com esse objeto, e nesse caso, a função explícita da informação em ser útil. Como exemplo, caso um sujeito abra o seu *Facebook* com a intenção de se informar sobre a informação ‘x’, ele buscará esse assunto (contexto) em alguma postagem com a intenção de se informar sobre esse assunto. O *post* servirá como o objeto (documento) que transmitirá a informação, e esta estará sendo útil (passará o conhecimento desejado).⁷

Pode-se aqui, também, ousar adentrar-se de modo transversal no campo da arquivologia para se tentar refletir sobre a noção de documento digital através dos preceitos da Arquivística Funcional que,

“surgiu de uma abordagem Pós-Moderna que se baseia na análise funcional do processo de produção dos documentos. O principal foco dessa abordagem é compreender o contexto por trás do texto. O importante é analisar quem, por que e como produziu, além de saber quais as intenções por trás do texto produzido (...) essa análise parte

do sentido do criador para o documento, e não o contrário, permitindo uma melhor compreensão da função, do processo e das atividades que o geraram.”(COSTA, Alex de Oliveira; RONCAGLIO, Cynthia, p. 18-19; 2020)

Ora, se utilizando da lógica de se centrar a análise, não a partir do documento em si (paradigma físico), outrossim a partir do quem, do porquê e de como este documento foi produzido – ou seja, examinando o seu contexto – pode-se facilmente acomodar aqui, os estudos das postagens enquanto documentos digitais. Pois a todo o tempo nos deparamos com postagens criadas por pessoas com finalidades bem elaboradas: seja em um contexto político, ou ideológico, com uma intenção bem pensada de desinformar, seja em um contexto de negócios, de uma empresa patrocinando seus *posts* para fazer propaganda do seu *business* e assim, conseguir conquistar novos clientes). Afinal, as postagens já são parte da cultura humana contemporânea, uma vez que as redes sociais já o são.

Nota-se que ambos os exemplos contemplam os três elementos elencados pela Arquivística Funcional, cujo foco não é mais no paradigma físico, mas sim no paradigma funcional: qual a função a que está servindo esse documento (a postagem foi criada por quem e para qual finalidade? Por uma empresa para vender seu serviço produto? Por uma pessoa física com a finalidade de influenciar a opinião de um público a respeito de algum debate ideológico? Com a finalidade de desinformar para convencer um determinado público a acreditar na informação que aquele documento (aquele post) está veiculando? E como ele foi criado? Através de meio eletrônico\digital por meio das funcionalidades oferecidas pelas plataformas de redes sociais, ou através de um suporte de papel?

Cabe aqui alertar para um ponto de atenção. Este trabalho entende que não é aconselhável fazer uma contraposição entre o conceito “digital” e o conceito “suporte físico”, posto que, o paradigma físico hoje, já deve incluir em sua conceituação, os documentos digitais, não somente os digitalizados que se tornaram posteriormente eletrônicos, mas os eletrônicos (ou digitais) natos, como é o caso das postagens das redes sociais digitais produzidas diariamente em um nível “aparentemente” conhecido, afinal, o que se posta na página de sua própria rede social, permanece lá, e que vão para no “limbo” da internet.

Aqui se chega à clássica discussão a respeito de uma das características mais comumente abordadas quando se discute a respeito da adoção das postagens enquanto novo modelo de documento digital. Existem muitas redes sociais atualmente, algumas

com semelhanças em seu formato e funcionalidades, outras bem diferentes. Tomemos como exemplo as mais comuns e aqui nessa pesquisa estudadas: *Facebook* e *Instagram* (X). O *Facebook*, na página principal do usuário, chamado mural, ou *feed*, tem um formato de visualização vertical, onde a cada novo *post*, o anterior é deslocado para baixo, seguindo uma sequência, sendo necessário rolar a barra para baixo ou para cima para se procurar por um determinado *post*. A pergunta é? Alguém já fez a experiência de procurar um *post* de por exemplo, dois anos atrás para verificar se a informação permanece lá? Tendo a crer que a resposta seja negativa, uma vez que tomaria um tempo inestimável, rolando a barra até se chegar no *post*. Se for considerar que esse usuário pode postar por dia um número alto de informações, aí o cenário se torna ainda mais inviável. Dito isso, resta essa dúvida a respeito da permanência ou não desses documentos na internet, ou, em outras palavras, sobre a efemeridade ou não desses documentos. Se se defende a efemeridade deles, quais serão os critérios para se eleger quais os *posts* serão excluídos? Os de maior tempo? E qual seriam possíveis formas de se recuperar esses documentos, nesse novo espaço de produção e uso da informação? Tais dúvidas devem ser direcionadas tanto às empresas donas dessas grandes plataformas de redes sociais quanto aos mantenedores dos servidores da internet mundial.

De acordo com informação do *site* [cloudflare.com](https://www.cloudflare.com)¹ existem hoje, 600 servidores responsáveis por manter a rede mundial de internet em pleno funcionamento. E esses atuais 600 servidores são operacionalizados orientados por quais diretrizes e quem são os responsáveis por elaborá-las? Existe total transparência quanto a como devem ser operacionalizados? Pesquisas futuras para responder a essas perguntas são muito pertinentes para que se possa confrontar a validade da característica da efemeridade desses documentos natos digitais, os quais podem de fato, estar sumindo em uma espécie de “limbo”, isto é, em um lugar ainda incerto e não tão conhecido em sua completude, chamado internet.

Quais significados estão sendo dados a esses objetos informacionais (as postagens nas mídias sociais digitais)? Quais dimensões estão sendo consideradas no estudo desses objetos, dentro dos estudos da Ciência da Informação? Frohmann (2009) afirma que a “dimensão simbólica dos espaços e saberes de produção e reprodução de documentalidades pode transcender os lugares consagrados pelo Estado”. Este estudo concorda com este ponto de vista, e entende ser a internet, um desses espaços que

¹ <https://www.cloudflare.com/pt-br/learning/dns/glossary/dns-root-server/>

transcende os espaços tradicionais, e que se arrisca afirmar, já está caminhando para a consagração de um novo e legítimo espaço de produção e reprodução de documentalidades.

Ainda, uma forma de se estudar os documentos gerados na internet, é contextualizá-los dentro dos regimes de informação nos quais são produzidos. González de Gómez (2002) explica que os regimes de informação estão inscritos em possibilidades culturais e são tensionados por relações de poder, e que eles podem modelar as ações tanto de sujeitos quanto de instituições. As plataformas de redes sociais ratificam tal pensamento, pois se mostram atualmente, como novas instituições dentro do quadro social, político e econômico dos países, com força pra influenciar opinião pública, decisões e comportamentos.

Como tratar os documentos digitais dentro deste contexto no qual a internet é ferramenta para circular informação manipulada? Como a Ciência da Informação deve olhar para os registros gerados na internet, diante deste fenômeno social da desinformação? O presente trabalho reflete sobre essas questões, apontando para a importância de se compreender a dimensão social e material nos estudos do documento.

Aqui neste trabalho, parte-se do pressuposto de que o documento é o resultado de ações e usos sociais, determinado por institucionalidades da informação que se dão condicionadas por perspectivas de materialidade (Rabello, 2019). Isto é, o contexto e lugar de produção e de consumo da informação, definirão o documento, e este apresentará como vias de compreensão, além de sua dimensão física, as dimensões política, material e social, incidentes nos discursos e enunciados possíveis a partir dele (a partir de um documento).

Nessa perspectiva, entende-se que uma postagem em qualquer outra plataforma digital, a partir do contexto no qual foi criado, reproduzido e interpretado, no seu exato momento de criação ou no seu posterior uso, pode ser sim, denominado 'documento'. Estudar o conceito de documento no âmbito das plataformas de redes sociais é uma forma de reconhecer a tensão existente entre a tradição e a inovação nos estudos da CI no contexto da tecnologia digital.

Estudar esses registros na busca por padrões, examinar as características desses documentos gerados na internet (o que têm em comum?) é uma via possível para se compreender o que pode ser considerado um documento de internet, e para contribuir para a atualização da definição de documentos.

Não se trata apenas da busca por uma definição do documento, é uma discussão que influencia a forma de se pensar e trabalhar a informação registrada. Há espaço e interesse para se pensar sobre o conceito de documento em Ciência da Informação sob a perspectiva da Documentação. (Rodrigues; Baptista, 2011, p.11).

A informação está sendo amplamente acessada através das plataformas de redes sociais, um espaço online que, além de pertencer a empresas privadas, se constitui em um espaço público, propício a variadas formas de interpretação dos conteúdos lá gerados, onde culturas diferentes se conectam (pois pessoas de diferentes países), pessoas com diferentes posicionamentos ideológicos e políticos interagem. Todas essas especificidades fazem com que esta pesquisa eleja, dentro ciência da informação, a materialidade (bem como cenários da cultura material) como uma abordagem possível para o estudo da desinformação e das postagens enquanto documentos.

Diante do exposto, o trabalho encara as postagens enquanto um tipo de documento digital específico, impregnado de possibilidades de materialidades, capazes de informar e de desinformar, se constituindo na atualidade, como uma cultura de novos documentos, passível de propagar consequências em diferentes esferas, como na jurídica, podendo figurar como prova documental, por exemplo.

O que é crucial sobre essa variedade de gêneros de documentos que operam na sociedade e [no] Estado, é que eles [os documentos/os gêneros] organizam as atividades comunicativas de várias esferas e domínios. As esferas geram documentos para atuar dentro e entre as esferas particulares, formando assim uma ação comunicativa. (Lund, 2022, p.24).

Por fim, a que se levar em conta o fato de que, atualmente, a justiça brasileira já tem aceitado as postagens como prova documental em peças jurídicas, tendo sido já julgados casos com base nessa inovação, a exemplo de condenações por postagens com conteúdo racista ou que ferem a honra e a imagem da pessoa. Mesmo havendo leis que possam restringir o uso das postagens, as aceitando apenas mediante ordem judicial, como a Lei 12.965/2014, conhecida como Marco Civil da Internet e a Lei dos Crimes Cibernéticos (12.737/2012), as postagens têm logrado o valor de documentos na esfera jurídica, pois têm sido cada vez mais aceitas nos processos.

Mas e o que as pessoas pensam das postagens em termos de credibilidade da informação? Elas costumam validar as postagens imediatamente ou as encaram com alguma desconfiança quando consumindo a informação ali carregada? É sobre isto que este estudo busca refletir, como um de seus objetivos específicos, dentre outras questões.

Portanto, como demonstrado até aqui, é notável que as relações digitais contemporâneas baseadas em uso proeminente de plataformas de redes sociais, tem revelado uma outra faceta desse costume: o da utilização das postagens, enquanto documentos quem embasam provas em processos legais. Além desse exemplo, as postagens enquanto documentos, são demonstradas no uso ordinário das relações pessoais, na esfera informal da vida privada, como também na esfera formal da vida pública através do uso que vários órgãos passaram a ter delas, incluindo aqui, o uso das plataformas de redes sociais para fins profissionais, como ferramenta de trabalho, em ambas as esferas.

Uma vez utilizada para trabalho, os produtos gerados nelas, isto é, as postagens feitas com finalidades profissionais, já podem guardar em si, elementos suficientes para compreender tais postagens enquanto documentos com força de atuação em outras esferas que não aquela circundante ao meio digital.

Um exemplo, uma página do *Instagram* de um nutricionista contendo uma receita incorreta de um alimento, que levou a uma pessoa a adoecer, pois descobriu-se que a receita tinha ingredientes e medidas erradas. A pessoa que, hipoteticamente, comprova que veio a adoecer devido a essa receita, utilizará tal postagem enquanto um documento para embasar uma ação contra o profissional.

Ou ainda, um médico que faz uma postagem afirmando equivocadamente que tal remédio serve para a cura de tal doença. Essa postagem por si só, é um documento que comprova a tal informação passada equivocadamente. A interação desse médico com as pessoas em seu *post*, por meio de perguntas e respostas, e a disseminação dessa postagem divulgando uma informação errada, todos esses elementos subjazem a ideia acerca da postagem enquanto um documento digital. Não sendo, pois, apenas a postagem por si só, suficiente para revelar seu aspecto documental, mas toda a interação dela com os usuários e o seu ciclo de vida, isto é, sua publicação, seu compartilhamento até sua extinção (pelo próprio autor ou por ato da equipe de moderação da própria plataforma que julgue ser necessário que a postagem seja apagada).

Resta claro que a possibilidade de as postagens atuarem enquanto uma nova forma de dar sentido aos documentos digitais, é consequência dessa cultura atual de se utilizar as plataformas de redes sociais não apenas para se entreter, como para se informar a respeito de variados assuntos, bem como de seu uso profissional.

6 A PRÁTICA INFORMACIONAL ATRAVÉS DO USO DAS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS

As análises feitas a partir dos insumos gerados do questionário procuram verificar os questionamentos e as hipóteses levantadas no problema, quais sejam: quais são as possíveis consequências do acesso majoritário da informação através de plataformas de redes sociais? Há o risco de maior desinformação? Pode-se incorrer em visões mais limitadas dos fatos por se ignorar outras fontes e por se fazer leituras parciais dos acontecimentos (consumo exclusivo de informação por *posts* sem a leitura da matéria completa)? E as postagens, produtos dessas plataformas digitais, podem ser uma nova versão de documentos digitais?

6.1 Aspectos observados no grupo pesquisado: práticas, crenças e o fenômeno da desinformação

Através das análises feitas dos dados obtidos no questionário, pôde-se conhecer as práticas de informação da amostra entrevistada concernente ao uso das plataformas de redes sociais, bem como foi possível conhecer suas crenças relativas a essas ferramentas e ao fenômeno da desinformação.

O questionário, que consta como apêndice desta dissertação, é composto por 29 questões que abrangem as seguintes categorias: idade, sexo, estado em que reside, nível escolar, ensino médio em instituição público/ privado e ocupação. Além dessas categorias, suas perguntas abrangem questões diversas, que foram elaboradas com a finalidade de investigar de modo geral, a relação dos entrevistados com as plataformas de redes sociais, com o intuito de compreender se as pessoas tem utilizado essas plataformas para se manter informadas e se elas seriam sua principal fonte de informação, além de almejar conhecer os desdobramentos relativos à essa prática informacional, como a ocorrência da desinformação e a discussão documental relativa às postagens

Do grupo entrevistado, 80,5% são de pessoas empregadas, 16,5% são de estudantes e 3% são de aposentados. 85% informaram ter cursado o ensino médio em instituições privadas e 15% informou ter cursado o ensino médio em instituições públicas.

A média de idade dos respondentes foi de 39 anos, com a predominância de um público feminino com pós-graduação, sendo essa a composição: dos entrevistados, sendo 50,4% de mulheres e 49,6% de homens. 56,9% dos entrevistados possuem pós-graduação,

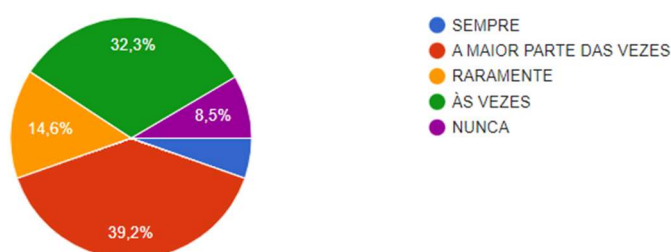
30% possuem apenas o nível superior, 11,5% apenas o nível médio e 1,6% dos entrevistados possuem o nível fundamental.

A aplicação do questionário deu-se através de formulário eletrônico confeccionado no *Google Forms* e enviado aos respondentes via *link* por *WhatsApp*. Como já mencionado na metodologia, a escolha do *WhatsApp* como ferramenta se deu por ser uma maneira prática de recrutar respondentes e de obter as respostas, sendo, portanto, uma aliada estratégica da pesquisa no que concerne à economia de tempo. As respostas coletadas nos questionários foram analisadas à luz das teorias que estão sendo utilizadas nesta pesquisa. Tal análise será apresentada a seguir:

6.1.1 Práticas

O questionário aplicado investiga, inicialmente, **se plataformas de rede social são a fonte principal de informação**, e o gráfico 5 foi gerado podendo-se, a partir dele, verificar que 39,2% (a maioria das pessoas) afirmaram que “NA MAIOR PARTE DAS VEZES” sim, ao lado de 32,3% afirmarem que, “ÀS VEZES”, em contraposição a 8,5% que afirmaram que, as plataformas de redes sociais “NUNCA” são a principal fonte de informação.

Gráfico 5: Plataformas de rede social são sua fonte principal de informação?



(Fonte: Elaboração da autora, 2023)

Contudo, nota-se que apenas 5,4%² responderam que as plataformas de redes sociais são “SEMPRE” a fonte principal, ou seja, uma pequena parcela sempre utiliza as plataformas como fonte principal. Pode-se inferir com isso que, dentro dos demais grupos

² Apesar de no gráfico não constar, a porcentagem de 5,4% foi extraída a partir do cálculo das demais porcentagens.

de respondentes há, ainda, os que preservam o hábito de consumir informação por fontes tradicionais, ainda que seja em menor escala. Entende-se aqui como “fontes tradicionais” a fonte de informação impressa (livros, jornais, revistas). Interessante notar que apenas 14,6% dos entrevistados alegaram usar as plataformas “RARAMENTE”, denotando que o acesso diário a essas plataformas se tem mostrado uma prática habitual.

Uma das possíveis consequências de se usar as plataformas de redes sociais como fonte principal no consumo de informação, como notícias políticas por exemplo, é que muitas vezes, essas informações são apresentadas de modo simplificado e de forma descontextualizada, sendo importante a consulta do conteúdo na íntegra.

Hoje, notícias são algo que você encontra em formatos e em plataformas de sua própria escolha. As notícias são mais frequentemente privadas de contextos editados e gêneros e formatos fixos, e chegam a você em *mash-ups* contendo notícias jornalísticas, notícias de relações públicas, anúncios, notícias de políticos, celebridades, ídolos esportivos e artistas, notícias pessoais de seus amigos e familiares, notícias profissionais de seus colegas e associações profissionais, e talvez também notícias falsas de *bots*. Estes *mash-ups* de notícias, que normalmente chegam até você em *feeds* de mídia social, são interfaces personalizadas com uma abundância de informações flutuando em pedaços e pedaços em uma gigantesca rede digital. O jornalismo é uma dessas fontes que se constroem uma sobre a outra e são cada vez mais difíceis de separar uma da outra para o usuário final. (Steensen & Westlund, 2021, p. 07).

A plataforma de rede social, de acordo com alguns entrevistados, serviria apenas como um local onde se concentrariam as manchetes das principais informações, para se chegar até a fonte, o que demonstra por parte desse pequeno grupo, uma consciência acerca da problemática de se consumir a informação apenas em formato *mash-up*, como citado anteriormente.

- *“A rede social me serve mais para apresentar as manchetes; é através dos sites jornalísticos que busco conhecer os temas importantes que afetam a vida da sociedade em geral.*
- *“Também sigo IGs de jornais na Rede Social. Na rede social vejo as "chamadas" e a partir daí vou em busca da informação para avaliar a sua veracidade em sites de jornais respeitados”.*

- “Porque consulto o jornal respeitado através da rede social, pra não precisar entrar em vários aplicativos, já que me informo a maioria das vezes pelo celular.”

Ao serem questionados sobre **o motivo da escolha das plataformas de redes sociais como fontes principais de informação**, ao invés da consulta ao *site* de algum jornal ‘respeitado’, as seguintes respostas foram dadas:

Quadro 6: Motivos da escolha das redes sociais.

Motivos da escolha das redes sociais como fonte principal de informação	
Motivos	%
Praticidade/ Facilidade/ Rapidez/ Agilidade no acesso	28,50%
Veracidade/ Confiabilidade do conteúdo	18,60%
Comodidade	14,50%
Por não confiar na grande mídia, por ela apresentar um único viés.	10,40%
Objetividade porque informação resumida	7,60%
Informações em tempo real	6,40%
Porque jornais respeitados estão nas redes sociais	5,40%
Interação com opiniões distintas	4,60%
Algoritmo	2,50%
Imprensa alternativa	1,50%

(Fonte: Elaboração da autora, 2023).

Dos entrevistados que responderam à pergunta, “Se as Plataformas de Rede Social são sua fonte principal de informação, por que prefere consultar a rede social ao invés do *site* de algum jornal, por exemplo?”, a resposta que teve a maior incidência foi, “Facilidade/ Rapidez/, Praticidade”. Logo, percebe-se que o grupo se enquadra no perfil de sujeitos da cunhada expressão de Bauman (2001), da ‘modernidade líquida’, haja vista sua preferência ser pelo que é fácil, rápido e prático, afinal, não se tem tempo a perder e as relações não são duradouras, são, ao contrário, instantâneas. “Se a modernidade sólida punha a duração eterna como principal motivo e princípio da ação, a

modernidade fluida não tem função para a duração eterna. ‘O curto prazo’ substituiu o ‘longo prazo’ e fez da instantaneidade seu ideal último (Bauman, 2001, p.115)”

Rapidez/ Facilidade:

- *"Consulto a rede social pois na maioria das vezes acho mais fácil do que tentar achar jornais, além de ser uma fonte mais breve do assunto sem muita enrolação"*
- *"Porque é mais rápido mais fácil e menos trabalhoso"*
- *"Porque nas redes sociais os textos são menores e a informação principal mais aparente, com isso ir em um site de jornal demora mais tempo"*

Veracidade/ Confiabilidade:

- *"Pois geralmente os assuntos mostrados são verídicos, e com isso é mais rápido do que vasculhar em jornais etc."*
- *"Prefiro consultar as redes pelo fato de eu ter uma noção maior de veracidade das notícias apresentadas"*

Algoritmo:

- *"Geralmente, porque as redes sociais costumam ser algo mais rápido/prático, faz parte do dia a dia e as **informações acabam aparecendo automaticamente**".*

Além da característica fluída da informação contemporânea, é notável também a sua rapidez e a sua maleabilidade:

As características relativas a maleabilidade e rapidez de transmissão de informações que a internet detém altera a própria concepção de informação. Se a percepção do mundo, através da linguagem, se expandiu ao passar a ser transmitida pelo sistema binário combinado com a conexão online, as peculiaridades desse meio afetam as informações que circulam entre a sociedade. (Marsili, 2018, p. 17).

Em quarto lugar, a resposta “Variedade de conteúdos”, indica que o formato das plataformas sociais tem como vantagem apresentar aos usuários uma gama diversificada de conteúdo.

De fato, o suporte *on-line* da informação, bem como o formato de plataformas como *X*, *Instagram* e *Facebook*, onde se estruturam através do seu mural de postagens, isto é, pelo seu *feed*, que funcionam como uma espécie de ‘espinha dorsal’, permitindo que as postagens sejam mostradas em sequências, uma após a outra, vertical e cronologicamente, tornando assim, as plataformas de redes sociais mais vantajosas para o consumo de variados temas. Contudo, para isso ocorrer, o usuário deve seguir perfis de diferentes interesses, para que ele receba em seu *feed* informações variadas. Esse formato das plataformas também explica a resposta, “Algoritmo”. Uma vez que o usuário acessa um tipo de informação específica a partir de um determinado número de vezes, o algoritmo da plataforma na qual ele está interagindo, identifica essa atitude como sua necessidade, como uma de suas preferências explícitas e declaradas, passando a personalizar a qualidade da informação que será apresentada a ele diariamente, ou seja, o algoritmo passa a atender a um propósito específico desse usuário (mesmo sem requisição do próprio usuário).

Para isso, a informação deve ser filtrada, personalizada, de modo a atender a necessidade do usuário e pronta para ser utilizada (...) A qualidade de uma informação ou de uma fonte de informação está diretamente relacionada ao seu uso, ou seja, ao usuário que dela necessita. Para que uma fonte seja de qualidade, deve atender a propósitos específicos de uma comunidade de usuários e isso requer avaliação. (Tomáel; Alcará; Silva; 2016, p.11).

A resposta “Algoritmo”, fornecida à pergunta, “Se Plataformas de Rede Social é sua fonte principal de informação, por que prefere consultar a rede social ao invés de um *site* de algum jornal respeitado, por exemplo?”, leva ao entendimento de que, é preferível o uso das redes sociais como principal fonte de informação, porque já se terá as informações personalizadas pelos algoritmos. Contudo, essa informação personalizada que, por um lado parece tornar a tarefa de busca mais simples (ou inexistente), por já oferecer ‘de bandeja’ a informação desejada, pode gerar o chamado ‘filtro bolha’.

O código básico no seio da nova internet é bastante simples. A nova geração de filtros online examina aquilo de que aparentemente gostamos – as coisas que fazemos, ou as coisas das quais as pessoas parecidas conosco gostam – e tenta fazer extrapolações. São mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer

er ou desejar seguir. Juntos, esses mecanismos criam um universo de informações exclusivo para cada um de nós – o que passei a chamar de “filtros bolha” – que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações. (Parisier, 2011, p. 21, tradução nossa).

A resposta, “Informação em tempo real”, também corrobora a hipótese de que a estrutura das plataformas de redes sociais baseadas em *feeds* de notícias, como postagens sendo incessantemente publicadas e arroladas (para cima e para baixo), com uma nova postagem se sobrepondo à anterior, é vantajosa para o consumo de informação através dessas plataformas. Vantajosa no sentido de fornecer rápidas atualizações, contudo o outro aspecto disso pode ser textos mais superficiais e descontextualizados implicando em uma qualidade duvidosa da informação.

A resposta de maior incidência, “Facilidade de acesso” pode significar que os aplicativos de redes sociais instalados nos smartphones são mais fáceis e rápidos de serem utilizados para visualizar a informação, do que acessar sites de revistas e jornais.

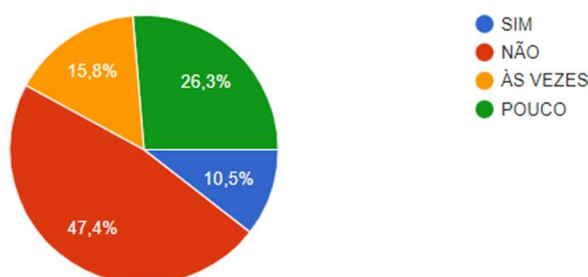
Mesmo os *sites* de usabilidade amigável (aqueles que adequam a leitura ao formato do aparelho celular) permitindo uma leitura razoável, saem em desvantagem. Pois mesmo que esses aplicativos possam ser acessados via celular, sua leitura não possui o mesmo formato de um *feed*. Além do mais, nem todos os jornais e revistas possuem versões em aplicativos, estando restritos a sites, e caso oferecessem sua versão do aplicativo, poderiam ser um facilitador de leitura.

É muito provável que brasileiros tenham mais aplicativos do *X*, *Instagram* e *Facebook* instalados em seus celulares do que pessoas com o aplicativo do Jornal Folha de São Paulo instalado em seus aparelhos, por exemplo. Ora, se marcas como essa também aderiram ao formato de plataformas de redes sociais, criando suas páginas no *Instagram* e *Facebook* com o mesmo propósito de informar, a despeito da qualidade questionável do ‘informar’ através desses *apps*, é compreensível a preferência do público por suas plataformas de redes sociais em lugar de acessar os sites, uma vez que elas se mostram mais acessíveis em comparação aos sites, que apresentam certas dificuldades de usabilidade, como aquelas percebidas no momento de conversão da leitura do site para o celular, que quase sempre não é feita de forma satisfatória. Sem contar com o fato de que, em um único aplicativo (plataforma de rede social), com o *Instagram*, é possível acessar milhares de páginas, não sendo necessário baixar diferentes aplicativos, como o *app* de um jornal ou de uma revista, por exemplo.

De acordo com o relatório de fevereiro de 2023 do *Datareportal*, cujos dados foram retirados da publicação da Meta Brasil, no início de 2023, o *Facebook* tinha 109.1 milhões de usuários; o *Instagram* tinha 113.5 milhões e o *X* tinha 24.30 milhões.

Uma das perguntas do questionário foi: **se informam através do perfil de algum jornalista?** A maioria, com 47,4% respondeu “NÃO”; em segundo lugar responderam que “POUCO” com 26,3%, seguido de, “ÀS VEZES”, com 15,8% e “SIM”, com a minoria das respostas, 10,5%. Uma possibilidade de leitura diante desses dados, é a de que, geralmente, pelo fato de jornalistas renomados virem de grandes emissoras, e uma vez que as grandes emissoras têm visto a sua audiência sendo dividida entre elas e as plataformas de redes sociais, pode-se subtender que, também seus jornalistas podem vir a ter a sua imagem ‘prejudicada’, o que influencia o público a ratificar sua preferência pelas plataformas de redes sociais.

Gráfico 6: Se informa pelo perfil de jornalistas?



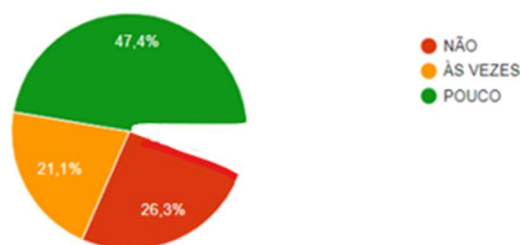
(Fonte: Elaboração da autora, 2023).

Inclusive, ao serem questionados sobre se, **se informam através do perfil de algum influenciador digital**, 47,4% responderam que “POUCO”, 21,1% responderam que “ÀS VEZES”, enquanto 26,3% disseram que “NÃO”. Apesar de uma parte considerável negar essa prática, outra parcela significativa afirma que adota tal prática “POUCO” ou “ÀS VEZES”. Tal constatação revela-se como a configuração de um novo cenário, qual seja, o de o público ser adepto de plataformas de redes sociais e de influenciadores digitais, em detrimento das mídias jornalísticas tradicionais (impressas).

A partir de tal prática, se pode pensar haver riscos como o de se legitimar todo e qualquer conteúdo postado nessas plataformas, dando credibilidade a elas, apenas pelo fato de serem de algum influenciador digital reconhecido que detenha alto engajamento.

Afinal, seria razoável tomar como verdades suas informações? Os influenciadores digitais parecem se configurarem hoje, como uma ‘legítima fonte de informação digital atual’.

Gráfico 7: Se informa pelo perfil de influenciador digital?



(Fonte: Elaboração da autora, 2023).

Oportuno refletir sobre como a era digital abriu portas para novas formas de se comunicar, de se fazer jornalismo, de se produzir, passar e armazenar informação.

Os recursos de tecnologia apropriados e disponibilizados na Web têm modificado a forma como o usuário acessa e utiliza a informação no ambiente virtual. Em consequência, os avanços recorrentes da Tecnologia da Informação (TI) têm transformado o ambiente informacional, e isso reflete na concepção e uso de fontes de informação (Tomáel, Maria Inês; Alcará, R. Adriana; Silva D., Teresinha Elisabeth; 2016, p.11)

Uma das facetas desse novo sistema informacional é a legitimação inconsciente e quase automática, por parte dos usuários, das informações veiculadas nas postagens das plataformas de redes sociais que parecem ser reproduzidas com uma “aura” de relevância e seriedade, quando provenientes do perfil de determinados órgãos, marcas, pessoas (influenciadores digitais), ou autoridades. Se antes, instituições utilizavam documentos formais para fazer alguma comunicação externa, hoje, uma informação pode ser acessada via postagem nas páginas de suas contas nas plataformas de redes sociais, como se essas postagens fossem a nova ‘circular’ dessas instituições.

Assim, o ato de compartilhar postagens hoje, carrega de modo implícito, uma verdade como se um documento contendo informações corretas e legítimas estivesse sendo repassado. No ato de compartilhar, já se encontra a crença da pessoa que está compartilhando, que crê estar repassando uma verdade a outrem. Portanto, este trabalho assume como uma das consequências das relações informacionais com plataformas de

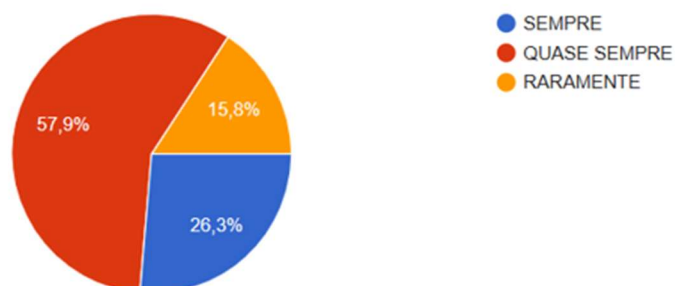
redes sociais, a assunção das postagens enquanto documentos, documentos com valor não só simbólico, mas a depender da sua inserção em diferenciados contextos, também com valor material.

Uma vez constatado o uso predominante das redes sociais como principal fonte de informação atualmente, foi perguntado **qual a plataforma de rede social mais usada**. A resposta foi: 35,0% “*WHATSAPP*”, 27,0% “*TWITTER (X)*”, 24,6% *INSTAGRAM*, 13,4% *FACEBOOK*. Lembrando que a média de idade da amostra da população alvo é de 39 anos.

Será feita aqui uma breve observação, apenas como comparação. Ressalta-se que a informação a seguir não é alvo deste estudo, podendo servir como recomendação de estudos futuros.

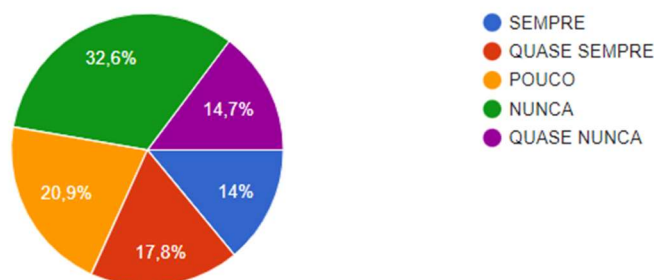
No mês de junho de 2023 foi aplicado um questionário experimental em um grupo de 19 estudantes do segundo ano do ensino médio de uma escola particular de Brasília. O grupo tinha em sua maioria (84,2%) 16 anos, sendo a metade do sexo masculino e metade do sexo feminino. Quando feita a mesma pergunta para esse público específico – “Qual a plataforma rede social mais usada” – interessante perceber que o *FACEBOOK* nem sequer é citado, e que o *INSTAGRAM* aparece em primeiro lugar, com 42,1%, além do que, enquanto no público com a média de idade de 39 anos o *WHATSAPP* aparece como principal plataforma, no público de jovens ele aparece em último.

Na pergunta seguinte, “Costuma verificar a informação veiculada nas plataformas (*Facebook, X e WhatsApp*), usando por exemplo, alguma ferramenta de *Fact Checking* (checador de fato), como o *Google Fact Check* para se certificar se a notícia é falsa ou verdadeira?”, também chamou a atenção o fato de que, o público jovem, 57,9%, informou que checa as informações “NA MAIORIA DAS VEZES”, enquanto o público com a média de 39 anos teve como resposta principal, com 32,8% “NUNCA”, e esse item de resposta, “NUNCA”, nem sequer aparece nas respostas dos jovens, denotando um cuidado do adolescente, em contraposição a uma aparente despreocupação dos entrevistados mais maduros.

Gráfico 8: Costuma checar as informações? - Adolescentes

(Fonte: Elaboração própria, 2023)

Esses resultados podem sugerir uma outra perspectiva para futuros estudos, no sentido de aprofundar no perfil desse público adolescente, a fim de identificar suas práticas de uso e suas crenças com relação ao modo como lidam com a informação através do uso das plataformas de redes sociais. Retornando ao público-alvo, foco deste trabalho, ainda sobre a pergunta anterior, **se costuma checar a informação**, como dito, a maioria das pessoas respondeu que “NUNCA” costuma checar a informação, num total de 32,6%. Contudo, quase metade desse percentual, 14%, disse “SEMPRE” checar. Já os que responderam verificar a informação “QUASE SEMPRE”, soma 17,8%, contra 14,7% que disseram “QUASE NUNCA” verificar a informação. Nota-se, pois, que mais pessoas verificam a informação do que as que não verificam, isto é, comparando as que “QUASE SEMPRE” verificam com as que QUASE NUNCA” verificam. Lembrando, contudo, que o público, cuja média de idade é de 39 anos, respondeu em sua maioria, “NUNCA” checar a informação.

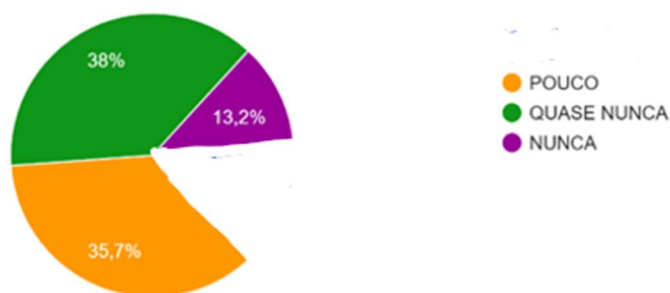
Gráfico 9: Costuma checar as informações?

(Fonte: Elaboração própria, 2023)

Em segundo lugar, com 20,9% ficou a resposta, “POUCO”. Os números correspondentes às respostas, “POUCO”, “QUASE SEMPRE” e “SEMPRE” revelam que uma parcela expressiva tem o hábito de checar a informação, e somados, superam o percentual dos que “NUNCA” checam a informação, ficando, 52,7% dos que, com alguma frequência verificam a informação, contra 32,6% que nunca checam a informação.

Sobre o compartilhamento de informação, a seguinte pergunta feita foi: “Com que frequência você costuma compartilhar postagens que recebe de alguém ou que acessa diretamente em alguma rede social?”

Gráfico 10: Costuma compartilhar postagens?



(Fonte: Elaboração própria, 2023)

Os seguintes resultados foram obtidos: 38% responderam “QUASE NUNCA” compartilhar uma postagem, ao lado de 36,7%, que afirmaram compartilhar “POUCO”. 13,2% “NUNCA” compartilham. Esse grupo, cuja média da idade é de 39 anos, portanto, não demonstrou preferência por compartilhar, uma vez que a resposta principal foi de que eles “QUASE NUNCA” compartilham, e em seguida, como segunda resposta, veio a de que eles “POUCO” compartilham. Tal fato pode ter a ver com a maturidade e consciência do grupo devido a sua idade e devido ao nível escolar, uma vez que o grupo é composto por 51% de pessoas que cursaram o ensino médio em instituição privada e 57,6% de pessoas que possuem pós-graduação.

Sobre a motivação em compartilhar uma postagem, algumas respostas são apresentadas a seguir:

- *Espalhar o que penso ou algo essencial*
- *Interesse comum, Gosto*

- *Eu compartilho se o assunto for relevante para mim*

As três respostas acima têm em comum o ponto de vista predominante da pessoa que está consumindo a informação, ou seja, está se colocando em primeiro lugar no momento de avaliar a informação, o seu interesse pelo assunto, o seu gosto pelo assunto, a sua vontade de espalhar o que ela pensa, de compartilhar o seu pensamento que está sendo expresso através da postagem. Essa identificação pessoal com a postagem, geralmente leva o leitor a concordar de forma imediata com o que está lendo e a deixar de avaliar o conteúdo, e o resultado disso pode ser a possibilidade de compartilhamento de desinformação. É possível também, verificar um desejo de se mostrar ao outro através do compartilhamento, como explicado a seguir:

O desejo de afirmação pela sinalização de traços de identidade seria uma outra possível motivação para o compartilhamento de informação. Segundo essa hipótese, compartilhamentos seriam motivados pela vontade de um indivíduo de influenciar a maneira como é visto pelos outros. Assim, uma postagem na internet por exemplo poderia ter a mesma função do que a escolha por determinadas grifes. (Forster, R.; Monteiro de Carvalho, R.; Filgueiras, A.; Avila, E. 2021, p.21).

Já nas repostas abaixo, o enfoque está sendo dado à notícia, às características da informação (intrigante, impressionante etc.) e ao que ela pode causar (impactar a vida das pessoas). Pode-se inferir desse tipo de resposta que, também pode haver uma tendência de compartilhamento de desinformação, pois as características apontadas pelos entrevistados referentes ao tipo de informação por eles compartilhada, possuem uma carga emocional acentuada – ‘notícia chocante’, ‘intrigante’, ‘impressionante’ – o que dialoga facilmente com a emoção de quem lê e compartilha, tornando seu senso racional e crítico mais vulnerabilizado. Forster et.al. (2021) afirmam que, “Além de gatilhos de natureza emocional, outros mecanismos são apontados como potencializadores da socialização de conteúdo *online*”.

- *Quando acho a notícia chocante o suficiente para compartilhar*
- *Caso o conteúdo seja Informativo, Divertido, Interessante, Intrigante, Impressionante, Diferente_ desinformação sensacionalismo*
- *Se o assunto vai impactar a minha vida, a de amigos ou da família*

A seguir, o quadro-resumo com as respostas apresentadas:

Quadro 7: Motivação de compartilhamento.

Motivação ao compartilhar informação (postagens)	
Relevância do tema	23,5%
Humor	19,8%
Tema interessante	17,2%
Disseminar uma crença	12,5%
Tema chocante	9,5%
Causar discórdia	6,5%
Política	5,5%
Assuntos culturais	5,5%

(Fonte: Elaboração própria, 2023)

6.1.2 Crenças

Por outro lado, quando questionados **o porquê preferem outras fontes de informação em lugar de plataformas redes sociais**, a maioria das pessoas, cerca de 98,5%, alegou o fato de não confiarem nas informações dessas plataformas dentre outras razões, pelo fato de possuírem muitas informações falsas e sensacionalismos. A seguir algumas respostas:

- *“Pois confio mais em outras fontes”*
- *“Porque acho mais confiável”*
- *“As fake news são mais recorrentes nas redes sociais.”*
- *“A possibilidade de notícias falsas/forjadas ser maior (normalmente devido ao maior número de usuários).”*
- *“A utilização de certos aplicativos e sites de modificação de imagens, textos, áudios, etc. é comum para postagens de redes sociais.”*
- *“Sensacionalização; escandalização, elevando o grau de importância; criar "choque"; notícias reais, mas distorcidas (uma das modalidades de desinformação colocadas aqui pela autora), informações tendenciosas;”*

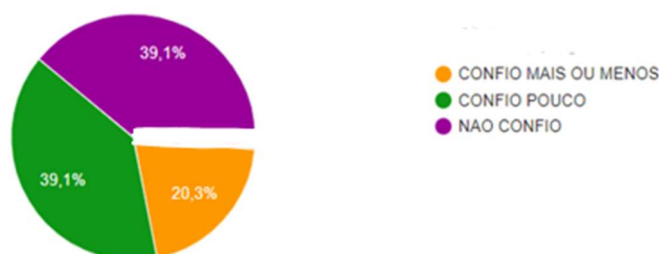
Inclusive, uma estratégia dos criadores de conteúdo das plataformas digitais é exatamente criar conteúdo sensacionalista e enganoso que "choque" os usuários a fim de

atrair muitos “*clicks*”, isto é, a fim de gerar um alto tráfego *on-line*. Tal estratégia é chamada de “*clickbait*” ou caça-cliques em português.

Revela-se uma incongruência a quase homogeneidade da opinião do público sobre as plataformas de redes sociais não serem confiáveis quando não escolhidas para ser uma fonte de informação principal, mas por outro lado, ainda ser a principal fonte de informação eleita pelo público, como visto na pergunta anterior. Apesar de que, deve-se ressaltar, as plataformas de redes sociais são usadas ‘A MAIORIA DAS VEZES’ como fonte principal de informação, 40,4%. A seguir, continuamos com a apresentação dos resultados.

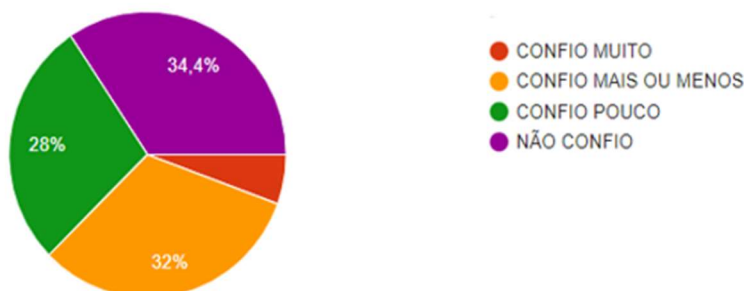
Ao serem perguntados sobre **o quanto confiam no Facebook como fonte para se manter informado**, 20,3% dizem “CONFIAR MAIS OU MENOS”, 39,1% afirmam “CONFIAR POUCO” e o mesmo percentual diz “NÃO CONFIO”. Interessante o empate entre as respostas “NÃO CONFIO” e “CONFIAR POUCO”, mas ambas demonstram a falta de confiança na ferramenta como fonte de informação, podendo significar por outro lado, que a sua utilidade seja mais para fins de lazer e entretenimento.

Gráfico 11: Confia no Facebook?



(Fonte: Elaboração própria, 2023)

A mesma pergunta foi feita em relação ao *Twitter(X)*: **o quanto confia no Twitter?**

Gráfico 12: Confia no *Twitter*?

(Fonte: Elaboração própria, 2023)

De forma decrescente, 34,4% responderam “NÃO CONFIAR”, 32% responderam “CONFIAR MAIS OU MENOS”; 28% disseram “CONFIAR POUCO” e 5,6% afirmaram “CONFIAR MUITO”³. Ninguém respondeu “CONFIAR TOTALMENTE”, como ocorreu com o *Facebook*, razão pela qual não aparece no gráfico.

Em contrapartida, aqui, as respostas “NÃO CONFIAR”, “CONFIO POUCO” e “CONFIO MAIS OU MENOS” foram equilibradas, com percentuais próximos e com a diferença que as pessoas confiam mais no *Twitter(X)* do que no *Facebook* como ferramenta de informação (dado a soma do percentual de pessoas que “confiam mais ou menos” com as que “confiam muito”: 37,6% do *Instagram* contra 21,9% do *Facebook*).

Apesar de, tanto com o *Facebook* quanto com o *Twitter(X)*, os respondentes terem demonstrado mais desconfiança do que confiança com o uso das plataformas, a pesquisa revelou que o maior percentual de pessoas afirmou usar as plataformas de redes sociais na “MAIORIA DAS VEZES” como fonte principal de informação. Contudo, esse percentual, como já apresentado, foi de 39,2% contra 32,3% de pessoas que responderam usar plataformas de redes sociais como fonte principal apenas “ÀS VEZES”. Ainda assim, o resultado indica que essas plataformas são usadas como fonte principal de informação com expressiva frequência, mesmo que uma parcela considerável do público afirme não confiar nelas.

Isso pode significar um reforço do hábito atual da contemporaneidade em se utilizar do tempo de modo cada vez mais rápido, afinal, as informações ocorrem a cada momento, e para dar conta, a que se acessá-las de forma rápida. Portanto, percebe-se uma

³ Apesar de no gráfico não constar, a porcentagem de 5,6% foi extraída a partir do cálculo das demais porcentagens

contradição entre ‘não confiar’ nas plataformas de redes sociais digitais, mas ‘utilizá-las de modo predominante’.

A instantaneidade (anulação da resistência do espaço e liquefação da materialidade dos objetos) faz com que cada momento pareça ter a capacidade infinita e a capacidade infinita significa que não há limites ao que pode ser extraído de qualquer momento – por mais breve e ‘fugaz’ que seja”. (Bauman, 2001, p.114)

Ainda a respeito do nível de confiança dos usuários, frente às informações consumidas nas plataformas, pode-se partir da premissa da teoria da dissonância cognitiva para refletir sobre as escolhas dos usuários durante suas práticas informacionais. Essa teoria sustenta que as pessoas tendem a se distanciar de informações que são contraditórias às suas próprias crenças, mesmo face a evidências apresentadas, como também sustenta que as pessoas passam a buscar, de modo seletivo, informações correspondentes ou consonantes às suas crenças. Assim, suas crenças tendem a influenciá-las no momento de acreditar ou desacreditar na informação de um *post*, por exemplo.

Por outro lado, os autores explicam que, quanto mais informações que se reafirmam circularem nas plataformas de redes sociais, mais crenças em volta dessas informações podem ser consolidadas. Parisier (2011) considera que a circulação de informações falsas supera em engajamento e quantidade a circulação de informações verdadeiras. Assim, uma postagem amplamente compartilhada, faz a informação nela veiculada ser recorrente, reafirmando-a e cristalizando as crenças em torno dela. O perigo é quando essa informação não é verdadeira.

No ensejo de saber o que motivava as pessoas a fazer um compartilhamento, foi perguntado se **já haviam compartilhado desinformação alguma vez sabendo se tratar de uma desinformação**, ao que 78,9% responderam que “NÃO” e 21,1% responderam que “SIM”. Dos que afirmaram já ter compartilhado desinformação de forma consciente, ao serem questionados o motivo, a maioria respondeu terem o feito: “por diversão”.

Ainda sobre a desinformação, 84,2% acreditam ser o fenômeno da desinformação, algo “PREJUDICIAL”. 10,5% creem ser “MUITO PREJUDICIAL”, ao passo que 5,3% julgam ser “POUCO PREJUDICIAL”.

Quando questionados sobre **o que os leva a acreditar que uma informação é verdadeira**, a maioria das pessoas (48,0 %) respondeu “se a notícia saiu nas grandes

mídias ao mesmo tempo”, isto é, se além de ter saído nas plataformas de redes sociais, saiu também em meios tradicionais e consagrados. Em seguida, a segunda resposta com maior incidência (22,0 %) foi, “a origem da matéria (quem escreveu a matéria)”, e em terceiro lugar (13,0 %), “se veio de uma marca reconhecida no mercado (Ex.: Isto É; *Twitter, Facebook, Veja* etc.).

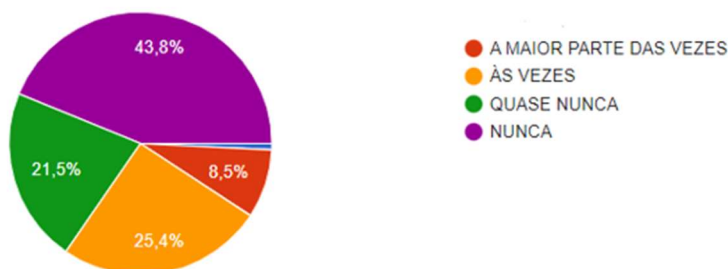
Com 12%, veio a resposta “a procedência (isto é, quem enviou a informação). Por exemplo, se a pessoa considera que quem encaminhou a informação, é uma pessoa que costuma enviar somente informações confiáveis ou não. Com 3,5 %, veio a resposta “se o assunto estiver em alta”. O público entrevistado demonstra que as grandes mídias (televisão, rádios e jornais) ainda operam uma influência considerável na opinião do público. O fato de um determinado assunto estar sendo apresentado pela grande mídia ao mesmo tempo, é fator relevante e determinante no momento de se estabelecer um nível de confiança com alguma informação.

Por fim, “o fato de uma postagem ter tido bom engajamento” (muitas curtidas, compartilhamentos, comentários), não aparece como fator de grande influência no momento de validar uma informação como verdadeira, contando com 1,5%.

Ainda sobre ‘engajamento’, a fim de aprofundar sobre as características que a dinâmica da informação em plataformas de redes sociais se dá, foi perguntado especificamente sobre a interação entre usuários (consumidores da informação) e a postagem: “O ALTO número de compartilhamentos e de curtidas ('likes') influencia na hora de você acreditar que a informação é verdadeira?”

O número de *likes* (curtidas) não influencia a maioria das pessoas no momento de se decidir se a informação é verdadeira ou falsa, conforme se verifica a seguir:

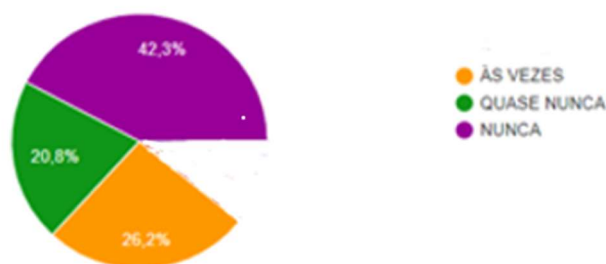
Gráfico 13: Alto número de likes e compartilhamento = informação verdadeira?



(Fonte: Elaboração própria, 2023)

“O BAIXO número de compartilhamentos e de curtidas (*likes*) influencia na hora de você acreditar que a informação é falsa?”

Gráfico 14: Baixo número de likes e compartilhamento= informação falsa?



(Fonte: Elaboração própria, 2023)

6.1.3 Reflexão sobre a materialidade da desinformação

Conforme visto em Frohmann (2008) a materialidade está relacionada à permanência e força de enunciados que circulam socialmente em contextos diversos; e como exemplo, pode-se citar aqueles contextos oriundos das plataformas de redes sociais digitais. A pesquisa demonstra, no grupo entrevistado, que o fato do acesso atual da informação ocorrer de forma majoritária por essas plataformas, pode indicar a força que a informação materializada nesse ambiente digital passou a ter.

Esse ambiente digital proporciona, pois, uma forma nova de informação institucionalizada. As plataformas como novas instituições, como novos espaços contemporâneos de relações. A amostragem da população entrevistada demonstra a consagração das plataformas como um novo espaço material de produção e uso da informação, onde o caráter social dessa informação vai sendo definido e redefinido, por exemplo, a cada compartilhamento de uma postagem.

A materialidade não é constituída apenas por sua existência física. A materialidade traz consigo antecedentes em enunciados socialmente referidos e referendados, a partir de determinadas institucionalidades. (Almeida, C.C.; Rabello, R.; Vignoli, R.G.; 2021, p. 15) e ela pode ocorrer antes mesmo da informação ser expressa em algum suporte físico (Rabello, 2019).

Nesse sentido, incluímos o fenômeno da desinformação contido em enunciados gerados em *posts* de plataformas de redes sociais, que surgem a partir de algum

acontecimento do mundo exterior; que circulam como notícia ou boato; se materializam em um *post* publicado; e a partir desta publicação, se institucionalizam e se materializam podendo ir além, gerando repercussões para fora do ambiente *on-line*.

Uma forma de se abordar a desinformação seria pelo estudo da sua dimensão social e material dentro de contextos específicos, uma vez que a desinformação é um fenômeno social. Tanto o documento em si, quanto o fenômeno da desinformação, são uma construção social. A desinformação é fruto de reiteradas e deliberadas práticas de disseminação de informação não verdadeira, com intencionalidades marcadas por propósitos de diferentes cunhos ideológicos, como o político ou o racial.

Já o documento, contém em si a ideia de materialidade que pode ser explicada em parte, pelo caráter social que algumas ações podem nele imprimir. Por exemplo, ao instrumentalizarmos e interpretarmos um documento através de uma função diversa da função original dada a ele no momento de sua criação, estamos lidando com a materialidade operando um desvio na sua função documental original.

Voltando ao questionário, foi perguntado posteriormente sobre **quais os pontos negativos de se informar por rede social**, e a resposta preponderante foi, “*Fake News*”. Essa resposta vai ao encontro com o esclarecimento sobre a tendência de se compartilhar conteúdos negativos. Sabe-se que, comumente, o teor das *Fake News* é muito mais negativo do que positivo. Por exemplo, acerca do compartilhamento de informações, Forster, R., Monteiro de Carvalho, R., Filgueiras, A., & Avila, E. (2021) explicam que uma das hipóteses que justificaria a relação entre a negatividade e a tendência ao compartilhamento é que, primeiramente, o conteúdo negativo tem o poder de chamar a atenção das pessoas, além de desencadear fortes picos de emoção negativa e que o compartilhamento seria então uma forma de resolução deste sentimento negativo.

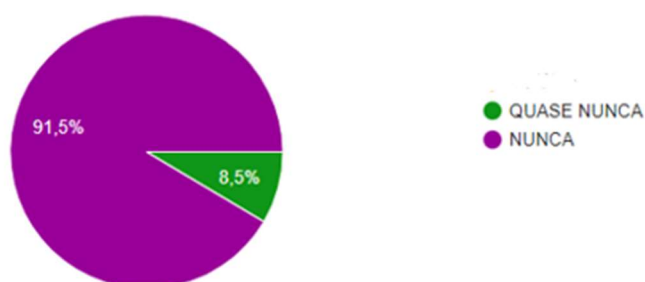
Os autores (2021) explicam que, informações negativas supostamente despertariam maior compartilhamento e observaram que, “rumores pessimistas nos quais produtos comuns eram associados à incidência de câncer despertavam mais intenções de compartilhamento quando comparados a rumores positivos que associavam alimentos a propriedades curativas”.

Sobre o termo *Fake News*, ressalta-se que, uma vez que se trata de termo largamente utilizado pelo grande público, devido à sua popularização, optou-se por compreender o termo *Fake News* e o termo ‘desinformação’ com o mesmo sentido, quando se tratar das respostas provenientes do questionário. Contudo o conceito a ser utilizado à risca será o de desinformação.

A desinformação segundo Wardle e Derakhshan (2022) é aquela informação que é falsa e deliberadamente criada para enganar uma pessoa, um grupo social, uma organização ou um país. Ainda, de acordo com Fallis (2011), a desinformação é essencialmente a mesma coisa que a mentira, ou seja, é algo que é reproduzido, mesmo se sabendo falso, com o intuito de enganar. Nota-se que ambas as definições de desinformação se assemelham, pois colocam no centro da definição, o prévio conhecimento de se saber falso o conteúdo e o prévio intuito de enganar.

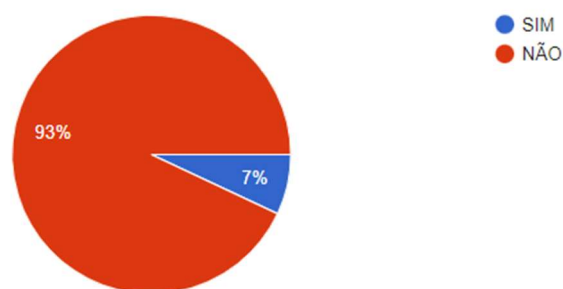
Ainda, a respeito do questionário, outra pergunta feita foi, **se costuma compartilhar desinformação mesmo sabendo se tratar de uma desinformação**. 91,5% responderam que “NÃO”. Contudo, sabe-se que as plataformas de redes sociais são os meios em que, naturalmente a desinformação circula, e que por essa razão, a leitura crítica e a checagem da informação são necessárias para se evitar o compartilhamento ‘inconsciente’ de desinformação.

Gráfico 15: Compartilha desinformação?



(Fonte: Elaboração própria 2023)

Ainda sobre a prática da desinformação, foi questionado se o entrevistado já compartilhou desinformação alguma vez, de forma consciente (ou seja, não tem o hábito, mas já compartilhou) e a maioria, 93%, respondeu que não.

Gráfico 16: Já compartilhou desinformação deliberadamente?

(Fonte: Elaboração própria, 2023)

Como resultado da pergunta, “Qual foi sua intenção ao compartilhar uma desinformação”, o quadro abaixo foi gerado como resposta. Cabe notar que a resposta que mais se repetiu foi a que se compartilha desinformação por humor/ diversão. Ou seja, dos que responderam que já compartilharam desinformação de forma consciente, informaram que tiveram como intenção, “BRINCAR” com a pessoa cuja informação estava sendo compartilhada.

Quadro 8: Intenção de compartilhamento de desinformação.

Intenção ao compartilhar uma desinformação	
Motivos	%
Humor/ Diversão	75%
Causar discórdia	15%
Repassar correntes	4%
Política	3%
<i>Fake News</i>	3%

(Fonte: Elaboração própria, 2023)

Forster, R., Monteiro de Carvalho, R., Filgueiras, A., & Avila, E. (2021) apontam ainda como fatores que predispõem o indivíduo a compartilhar uma informação falsa são: influência social, envolvimento pessoal, e as crenças ou convicções prévias. Inclusive, o viés de confirmação, isto é, o comportamento de se acreditar em informações que projetam as próprias crenças, é outro fator que pode levar ao compartilhamento de

desinformação. Assim, pode-se encontrar concordância com a teoria desses autores e as respostas apresentadas:

- Influência social – “*Repassar correntes*”
- Envolvimento pessoal – “*Causar discórdia*”
- Crenças ou convicções prévias – “*Humor; Política, Fake News*”

A respeito do modo como se dá a circulação da informação em ambientes de plataformas digitais:

Nesse ambiente, as notícias tendem a circular como conteúdos únicos, fora das narrativas tradicionais dos jornais, telejornais ou boletins informativos de rádio, influenciados pela curadoria algorítmica das plataformas e pelo potencial de partilha dos utilizadores comuns, que geralmente consomem estes conteúdos por smartphones e sem sair das redes, com ferramentas como o *Instant Articles* do *Facebook*. (De Matos, 2021, p.02).

De fato, as informações nas plataformas de redes sociais, através do seu formato em postagem, circulam de forma única, típica, diferente do formato de narrativas tradicionais.

Pode-se compreender as postagens enquanto enunciados sendo pronunciados a partir de diferentes ‘lugares’, diferentes ‘falas’ e diferentes intenções. De qual lugar um *post* vem? Quem o ‘fala’ (quem o escreveu e quem o repassou e o repassou por qual razão?). São enunciados circulando em um novo tipo de espaço.

Os enunciados das postagens dizem sobre o seu lugar de origem e para onde eles podem ir, conforme a interação com os usuários e seus desejos. A informação desses *posts* será materializada nesse novo espaço, bem como fora dele, nos espaços públicos e privados.

Frohmann (2008) diz que os enunciados no geral, materializam-se em documentos, através de um suporte físico (em ambientes digitais, este seria na linguagem binária), em contextos institucionais, cultural, social e político. Os documentos correspondem assim, à materialidade pronunciada da informação. A “informação materializada e institucionalizada pode ser sintetizada na palavra ‘documento’ (Vignoli; Rabello e Almeida (2021).

Uma vez que se trata de uma desinformação, esta tende a se materializar com maior pujança, dada a sua aparente rápida circulação, bem como tende a materializar o

contexto e os valores envolvidos no ato da veiculação da desinformação. O que se quis comunicar com aquela desinformação? Quais valores estão por trás dela?

Assim, a informação presente na desinformação (veiculada em alguma fonte ou suporte) evidencia a sua falsidade, ausência de verdade ou intenção de enganar. Ela não necessariamente documenta um referente de antemão, mas passa a documentar, posteriormente, o contexto, a motivação, os valores, enfim, os fenômenos relacionados que levaram a produção ou a utilização da desinformação. Configura-se como um modo de representação mediante o qual se tem acesso ao contexto em que os discursos são legitimados (Rabello; 2019, p.24).

Acerca da confiabilidade das informações *on-line*, foi perguntado ao público **se ele achava que as plataformas de redes sociais eram imparciais**, no que 47,4% responderam acreditar que “ÀS VEZES” eram, tendo sido essa a resposta com maior índice, vindo em segundo lugar, a resposta “NÃO”, não eram imparciais. Portanto, há uma pequena diferença (de 5,3%) entre os que afirmam que as redes sociais são imparciais às vezes e os que acreditam que elas não são imparciais.

Gráfico 17: As redes sociais são imparciais?



(Fonte: Elaboração própria, 2023)

Como as pessoas comportam em seu entendimento as plataformas de redes sociais como não sendo imparciais (42,1%) e ao mesmo tempo, sendo sua forma preponderante de se informar? Apesar de serem usadas como ferramenta principal de informação, na maior parte das vezes, pela maioria dos entrevistados, o público demonstra uma consciência acerca do risco de imparcialidade destas plataformas. Ou seja, estão cientes do risco de adquirirem informações enviesadas, contudo é como se, se “rendessem” à praticidade que elas oferecem na hora de buscarem a informação.

Esta pesquisa persegue o reconhecimento da postagem de plataformas de rede social digital como uma nova cultura documental cujas características vão desde a sua efemeridade, dada ao fato de uma postagem ser sobreposta por outra consecutivamente e

se perder no ‘limbo’ da internet, até, paradoxalmente, à sua força e à sua permanência, dado ao fato de um *post* poder ‘bombar’ no momento de sua publicação de tal modo que, mesmo que logo seja substituído por outro *post*, permanece forte, e consegue existir e resistir na memória coletiva, (devido ao seu compartilhamento em larga escala), ou quando produz consequências além do seu âmbito virtual, como os âmbitos de implicações jurídicas, por exemplo.

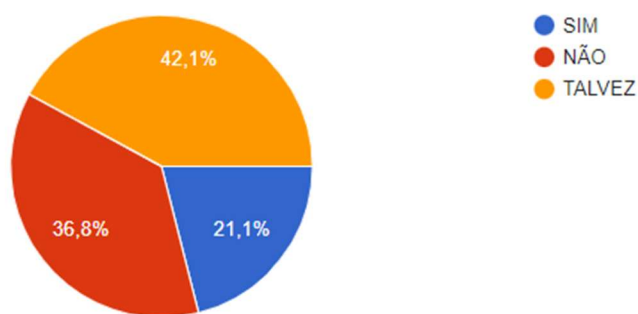
A desinformação está sendo aqui discutida pensando-a materializada nas postagens e estas, estão sendo pensadas enquanto um tipo específico de documento digital. Um *tweet* por exemplo, seria um documento do tipo digital, pertencente à categoria plataforma de rede social, com características típicas, rico em aspectos sociais e de materialidade.

O caráter informativo das postagens pode sofrer influências das práticas dos seus usuários, uma vez que as postagens possuem como característica a interação entre os próprios usuários e entre estes e a postagem. “A informatividade dos documentos está sujeita às práticas documentárias, sendo características destas, a materialidade, seus lugares institucionais, os modos como são socialmente disciplinadas e sua contingência histórica” (Rodrigues; Baptista, 2021, p.3). Dessa forma, pode-se entender as plataformas de redes sociais digitais como um lugar consagrado o qual a sociedade contemporânea tem se utilizado para, dentre outras funções, se informar e informar.

As redes são como o símbolo atual das relações humanas, pautadas pelas relações digitais. Há aplicativos para quase tudo, inclusive para se informar e se relacionar. Existe um poder simbólico transmitido pelas grandes plataformas de redes sociais que representa uma influência sobre os seus usuários. Além de ser um lugar institucionalizado de divulgação de opiniões e de publicidade.

Vignoli; Rabello e Almeida (2021) explicam que, uma das formas mais comuns do poder simbólico, poder este em que a ação deriva do mundo material, social e simbólico através de ideias imagens e palavras, é a sua ocorrência por meio de veiculação de propagandas. Já o poder informacional funcionaria como um modo de controle. A pesquisa concorda com esse posicionamento quando o desloca para compreender o fenômeno da desinformação como um modo de manipular e controlar.

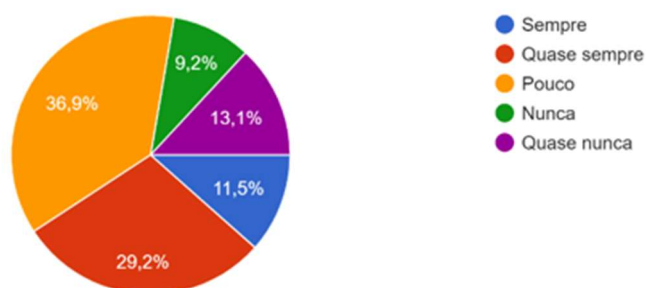
Sobre **se pensam em mudar seus hábitos de se informarem ou, se tendem a permanecer consumindo informação pelas plataformas**, a maioria das pessoas, (42,1%), respondeu que “TALVEZ” pudesse mudar, ao lado de 36,8% que responderam que “NÃO” iriam mudar.

Gráfico 18: Mudaria sua forma de se informar?

(Fonte: Elaboração própria 2023)

Por fim, influenciada pela onda de uso das plataformas como ferramenta política não só em período de campanha política, mas como ferramenta de manutenção do trabalho de políticos, esta pesquisa aproveitou o ensejo para conhecer o comportamento do público a respeito desse item. Se antes, as campanhas políticas televisivas tinham papel preponderante, as campanhas em mídias digitais roubaram a cena. Contudo, relativo à pergunta, “Se informa sobre política através de plataformas de redes sociais com qual frequência?” o público entrevistado apresentou como maior percentual, o de 36,9%, a resposta “POUCO”. Logo em seguida, com 29,2%, aparece a resposta “QUASE SEMPRE”. 13,1% dos entrevistados responderam, “QUASE NUNCA”; 11,5% “SEMPRE” e 9,2% “NUNCA”.

É possível interpretar desses dados, que pode haver uma certa tendência ao conservadorismo, isto é, pode indicar um maior cuidado do público quanto às fontes escolhidas por eles para se informar sobre política, já que, 36,9% (a maioria) afirmaram “pouco” usar plataformas de redes sociais.

Gráfico 19: Se informa sobre política por plataformas de redes sociais digitais?

(Fonte: Elaboração própria 2023)

Uma vez que se informam sobre política através das plataformas, foi questionado por quais plataformas de redes sociais se informam. “*WHATSAPP*” aparece em primeiro lugar, com 25,4 %; “*TWITTER*” vem segundo lugar, com 22,5%; “*INSTAGRAM*” vem em terceiro, com 19,6% e por último aparece o “*FACEBOOK*”, com 10,10%. Mais uma vez, cabe lembrar aqui, a média de idade do público-alvo dessa pesquisa, que foi de 39 anos, faixa etária que demonstrou preferência pelo uso do aplicativo WhatsApp.

Tal aplicativo demonstrou ao longo dos últimos anos, no cenário político brasileiro, ser uma ferramenta voraz para a disseminação rápida e escalável de informação (verídicas ou não), não sendo de se estranhar que seja esse aplicativo, o mais utilizado pelo grupo entrevistado, para se consumir política.

7 CONCLUSÕES

Esta pesquisa investigou o atual modo de se informar por meio das plataformas de redes sociais a fim de se compreender os desdobramentos relativos à essa prática informacional como, a ocorrência da desinformação e o despertar para o tratamento das postagens geradas nessas plataformas enquanto documentos digitais.

Através da aplicação de questionário, foi investigado o hábito do público entrevistado, a respeito do seu atual modo de se informar, que apontou para o uso majoritário de plataformas de redes sociais.

Sendo cada vez mais frequente o uso dessas plataformas para a comunicação social, e até mesmo profissional, o ambiente das plataformas de redes sociais se configura como um rico campo de relações sociais, e até jurídicas, onde a prática informacional já está consagrada, e por isso estudos na área da Ciência da Informação devem ser feitos para: por um lado, atualizar o entendimento e rever conceitos sobre os documentos digitais; e, por outro, para aprofundar o entendimento do fenômeno da desinformação, fenômeno este muito verificado no ambiente *on-line* das plataformas de redes sociais.

A pesquisa pretendeu alcançar também, a percepção do público entrevistado acerca da desinformação, e por este fenômeno estar em voga no cenário contemporâneo, com discussões de diferentes setores (como o social e político) e de diferentes áreas do conhecimento, compreende-se que a sua abordagem se torna relevante para a área da Ciência da Informação.

Foi constatado que, de fato, a realidade atual da população entrevistada, e que pode espelhar a realidade contemporânea, é a de que o consumo atual da informação, vem

se dando de forma predominante por plataformas de redes sociais. As principais razões apontadas na escolha dessas redes digitais, foram: facilidade, rapidez e praticidade.

A respeito da desinformação por exemplo, a maioria disse concordar que tal fenômeno seja prejudicial e que não têm o hábito de compartilhar desinformação.

Já com relação à confiança das informações apresentadas nas plataformas, a maioria diz não confiar, o que se verifica um certo paradoxo, pois, se afirmam não confiar ou, se confiam pouco, como ainda assim, elegem as plataformas como fontes principais de informação?

As razões anteriormente mencionadas parecem indiciar um padrão cultural de comportamento, onde a prioridade é a rapidez e o fácil acesso. “Eles querem informação que possibilite o acesso rápido e a estruturação concisa, porém confiável e relevante”. (Tomáel; Alcará; Silva; 2016). Contudo, a pesquisa revelou um comportamento curioso na prática informacional do grupo, que, entre o ‘confiar’ e a ‘facilidade’, foi eleita a segunda opção.

O trabalho também se propôs, com os seus resultados, provocar a discussão sobre o tratamento de novas documentalidades, a partir do fenômeno das postagens de plataformas de redes sociais, refletindo sobre suas características, como a efemeridade, por exemplo, a fim de se pensar sobre os limites conceituais do documento. As postagens, além da nova ‘matéria’ jornalística em formato compacto, são como novos documentos digitais figurando como influenciadores de opiniões e que podem repercutir fora do ambiente *on-line*, extrapolando-o.

Ficou claro com este estudo, que o uso preponderante da fonte de informação digital (plataformas de redes sociais digitais) em lugar das fontes de informação tradicionais, foi a realidade apresentada pelo público pesquisado, e que possíveis desdobramentos dessa realidade, pode ser a incorrência em consumo de informações enganosas, bem como informações limitantes e rasas, dado ao formato da informação dessas plataformas.

Contudo, o estudo também revelou que, “as pessoas se beneficiam dos conteúdos disseminados pelas mídias e os buscam para necessidades cotidianas, profissionais e para fins acadêmicos, por conseguinte, cada vez mais as mídias sociais se tornam fontes de informação” (Tomáel, 2016, p.141).

Uma vez que disseram preferir as plataformas para se informar, devido à praticidade/ rapidez, os respondentes revelaram ser essa uma necessidade que priorizam em suas vidas: a facilidade. Esse traço das plataformas, a facilidade de acesso e utilização,

se mostra também versátil, pois permite ser benéfico não somente para fins pessoais, como para fins profissionais, afinal, usar as plataformas para circular informação de modo rápido e prático, pode implicar em maior chance de retorno aos negócios. Sendo assim, se por um lado a qualidade da informação acessada nessas plataformas pode ser muitas vezes questionada, por outro lado, o fato de ser de fácil acesso mostra-se como uma característica positiva e benéfica aos usuários.

Para finalizar, resta salientar que, “além do uso de mídias sociais pelas empresas e por órgãos governamentais, essas tornaram-se também, objeto de estudo em pesquisas científicas, cuja temática tem crescido exponencialmente”, e por essa razão, a devida atualização do tema deve ser explorada através de constantes pesquisas, que virão a favorecer diferentes esferas da sociedade.

Ficou evidente, durante a realização desta pesquisa, que a temática das plataformas de redes sociais atualmente, vem proporcionando uma grande variedade de estudos, os quais podem centrar-se em diferentes aspectos, como o da desinformação e o aspecto de novas documentalidades. Por outro lado, a pesquisa notou certa deficiência quanto à discussão documental contemporânea, envolvendo a realidade das postagens de plataformas de redes sociais, sendo, portanto, uma contribuição desta pesquisa: inspirar e subsidiar estudos acerca de novas documentalidades centrados nas postagens das plataformas de redes sociais. Ademais, este trabalho apresentou alguns aspectos da história do documento abrangendo explicações sobre suas origens, apresentando diferentes conceitos e abordagens, podendo oportunizar, assim, a continuação de estudos nesta linha.

A pesquisa sugere ainda, como recomendações de futuros estudos, os seguintes temas:

- Comparação entre público adolescente e público adulto no uso das plataformas de redes sociais;
- Estudo da função social de um *post* enquanto documento e o seu efeito documentário;
- Investigações acerca da efemeridade das postagens na internet, com foco na operacionalização dos servidores mundiais da internet, a fim de se conhecer como os dados na internet são tratados: quais são excluídos e quais são preservados e sob quais critérios?

Afinal, a informação compartilhada tem se mostrado uma preocupação mundial, (Ceylan G, Anderson IA, Wood W, p.1, 2023), fato que vem ensejando debates de diferentes áreas em torno desse tema.

O ambiente digital, através das plataformas de redes sociais e de seus registros diários (postagens), é onde esse compartilhamento de informação tem ocorrido de modo preponderante, e onde o fenômeno da desinformação vem escalando. Sendo essa uma realidade inescapável, não deve a Ciência da Informação se abster em contribuir para o avanço dessa discussão.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, S. **Redes sociais e tecnologias digitais de informação e comunicação**. Relatório final de pesquisa. Rio de Janeiro: Nupef / Rits, 2007.
- ALMEIDA, C. M. de, & Netto, C. X. de A. (2021). **Cultura material como documento**: as informações constantes nos artefatos religiosos da jurema. *Informação & Informação*, 26(2), 26–51. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n2p26>
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Mediação da informação e múltiplas linguagens**. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.
- ARAÚJO, C. A. V. O fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na ciência da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 25, p. 1-17, 2020. DOI: [10.5007/1518-2924.2020.e72673](https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e72673) Acesso em: 12 jun. 2023.
- BAPTISTA PEREIRA, D.; PIRES DA SILVA, E. **Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras**. *Acervo, [S. l.]*, v. 33, n. 3, p. 116–135, 2020. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1544>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- BORKO, H. **Information Science: What is it?** *American Documentation*, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.
- BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.
- BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. **Cultura material**. Trad. Rui Santana Brito. In: ENCICLOPEDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, v. 16, p.11; 45-46
- BUCKLAND, M. **Document Theory: an introduction**. in: Conference and School on records, archives and memory studies, 2013. *Records, Archives and Memory: selected papers*. Croácia: Universidade do Zadar, maio, 2013. p.223-237.
- BUCKLAND, M. **Information as thing**. *JASIS*, v. 42, n. 5, p.351-36,1991. Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html> Acesso em: 23 abr. 2022. » <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>
- BUCKLAND, M. **What is a document?** *JASIS*, v.48, n. 9, p.804-809, 1997. Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html> Acesso em:

23 abr. 2022.

» <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html>

BURKE, Peter. **A escola dos Annales 1929-1989**: a revolução francesa da historiografia. Trad. Nilo Odalia. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação**: economia, sociedade e cultura. 6ª ed. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A revolução da tecnologia da informação**. In: CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura: sociedade em rede. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Cap. 1. p.49-86. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 6º ed. V.1. São Paulo: paz e terra, 1999.

CEYLAN G, Anderson IA, WOOD W. **Sharing of misinformation is habitual, not just lazy or biased**. Proc Natl Acad Sci U S A. 2023 Jan 24;120(4): e 2216614120. doi: 10.1073/pnas.2216614120. Epub 2023 Jan 17. PMID: 36649414; PMCID: PMC9942822.

CONDE, C. A. G. F.; ALCARÁ A. R. **Desinformação**: qualidade da informação compartilhada em mídias sociais. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102482>. Acesso em: 22 nov. 2023.

COSTA, Miguel; GOMES, Daniel; SILVA, Mário J. **The evolution of web archiving**. International Journal on Digital Libraries, v. 18, n. 3, p. 191-205, 2017.

DAL'EVEDOVE, P. R.; FUJITA, M. S. L. **O movimento interdisciplinar em ciência da informação**: uma reflexão epistemológica. Data Grama Zero, v. 14, n. 3, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7801>. Acesso em: 22 abr. 2023.

FALLIS, Don (2011). **Floridi on Disinformation**. Ética and Política / Ethics and Politics (2):201-214, 206 p.

FILHO, Alberto, R. de F. **A batalha político midiática do movimento Brasil Livre**: mídia, gênero e sexualidade como alvos da desinformação nas redes sociais. 10/06/2019 150 f. Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca da PUC-SP

FLETCHER, Richard with NEWMAN, Nic; EDDY, Kirsten; ROBERTSON, Craig T.; NIELSEN, Rasmus Kleis. **Digital New Report 2023**. Reuters Institute, 2023. Disponível em : <https://www.digitalnewsreport.org/> Acesso em: 23 de junho de 2023.

FLETCHER, Richard with NEWMAN, Nic; EDDY, Kirsten; ROBERTSON, Craig T.; NIELSEN, Rasmus Kleis. **Digital New Report 2022**. Reuters Institute, 2022. Disponível em : https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-06/Digital_News-Report_2022.pdf Acesso em: 23 de junho de 2023.

FORSTER, Renê., MONTEIRO DE CARVALHO, Rodrigo., FILGUEIRAS, Alberto., & AVILA, Emanuelle. (2021). **Fake News: What Is It, How Is It Made and Why It Works?** In *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3294>

FROHMANN, B. **O caráter social, material e público da informação**. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Org.). *A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p. 19-34. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/829> Acesso em: 23 abr. 2022.
» <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/829-25>

FROHMANN, B. **Revisiting “what is a document?”**, *Journal of Documentation*, v.65, n.2, p.291 - 303, 2009. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/00220410910937624> Acesso em: 22 abr. 2022.
» <http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/00220410910937624>

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, E. Liliane. **Ciência da informação: fundamentos e perspectivas da área científicas**. In: MARQUES, Maria Beatriz e GOMES, Liliana Esteves (coord.). **Ciência da Informação: visões e tendências**. Coimbra: Imprensa da Universidade Coimbra, 2017. p.13-32. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343830444_Ciencia_da_Informacao_visoes_e_tendencias.

GONÇALVES, Ana Laura Farias. **Estratégias de enfrentamento da desinformação na pandemia no Brasil e na Argentina: a atuação das agências de Fact-Checking Lupa e Chequeado**. 2021. 172 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021.

GONZALEZ DE GOMEZ, M.N. **A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial**. *Pesq. bras. Ci. Inf.*, Brasília, v.2, n.1, p.115-134, jan./dez. 2009. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/116/1/GonzalezGomezTendencias2009.pdf> Acesso em: 23 abr. 2022.
» <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/116/1/GonzalezGomezTendencias2009.pdf>

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. **As relações entre ciência, estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação**. *Ciência da Informação*, v. 32, n. 1, p. 60-73, maio. 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. (2019). **Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação**. // *Inf. & Soc.: Est.* 29:1 (jan./mar. 2019) 137-158.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. **Regime de informação:** construção de um conceito. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

JUNQUEIRA, Beatriz Pereira. **Mecanismos de combate à desinformação na internet:** como sanar um mal sem suprimir um direito. 2021. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2021

LARA, M. L.G.; ORTEGA, C.D. **Para uma abordagem contemporânea do documento na Ciência da Informação.** In: X CONGRESSO ISKO CAPÍTULO ESPAÑOL, 2011. 20 años del Capítulo Español de ISKO. Actas del... Ferrol: Universidade da Coruña, 2012. p. 371-387.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova.** Tradução Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução Bernardo Leitão. 7ª ed. revista Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed 34, 1996. Cap.1 a 4; e 9.

LUND, N. W. **Teoria do documento.** *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 2, p. 6–46, 2022. DOI: 10.21728/logcion.2022v8n2.p6-46. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5907>. Acesso em: 16 abr. 2023.

LUND, N.W. **Document, documentation, and the Document Academy: introduction.** *Arch Sci*, n.8, p.161-164, 2008.

MARSILI, Tarsila. **Fake News como instrumento de influência estrangeira na manipulação do eleitor em um ambiente digital global.** Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Católica de Santos. 2020.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais-aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da informação*, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.

MARTELETO, R. **Redes sociais, mediação e apropriação de informações:** situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em ciência da informação. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119365>. Acesso em: 03 jun. 2023.

MATTOS, F. S. DE. **Plataformização das notícias e consumo de informação:** tendências do jornalismo em um novo ambiente infomacional. In: ANAIS DO 19º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2021, Brasília. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2021. Disponível em: <<https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2021/trabalhos/plataformizacao-da-noticias-e-consumo-de-informacao-tendencias-do-jornalismo-em?lang=pt-br>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

MEYRIAT, J. **Document, documentation, documentologie. Schéma et Schématisation**, n. 14, p. 02-63, 1981

MOHSIN, Maryam. **Sete estatística Twitter que você precisa conhecer em 2021**. Orbelo. 2020. Disponível em: <https://www.oberlo.com.br/blog/estatisticas-twitter#:~:text=500%20milh%C3%B5es%20de%20tweets%20s%C3%A3o,de%205.787%20tweets%20por%20segundo>. Acesso em 10 de junho de 2023.

MURGUIA, E. I. **O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação [en linea]. 2009, 87-104[fecha de Consulta 16 de abril de 2023]. ISSN: Disponível en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14712771007>

ORTEGA, C.D. **Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil**. Perspec. Ci. Inf., v. 14, p. 59-79, 2009. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/viewFile/48/263> Acesso em: 23 abr. 2022.

ORTEGA; SALDANHA. **A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito**.

ORTEGA, C. D.; LARA, M. L. L. G. **A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje**. DataGramaZero, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7087>. Acesso em: 27 abr. 2022.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditación de la técnica: ensimismamiento y alteración**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2015. Cap. I a V. p.55-94.

OTLET, P. **Documentos e documentação: discurso pronunciado no Congresso de Documentação Universal, Paris, 1937**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional (Separata). Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>. Acesso em: 04 jun. 2018. » <http://www.conexaorio.com/bit/otlet>

PARISIER, Eli. Eli Parisier: **Beware online “filter bubbles”**. TED Talk, março, 2011. Disponível em: https://www.ted.com/talks/eli_pariser_beware_online_filter_bubbles Acesso em 03 jun. 2023

PIMENTA, Ângela; FRANCISCO R. BELDA. A desordem da informação, in: **Manual da credibilidade**. 2020. Disponível em: <https://www.manualdacredibilidade.com.br/desinformacao>. Acesso em 13 de julho de 2023.

POELL, T., NIEBORG, D., & DIJCK, J. van. (2020). **Plataformização**. Fronteiras - Estudos Midiáticos, 22(1), 2–10. <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>

POMBO, O. (2006). **Interdisciplinaridade e integração dos saberes**. Liinc Em Revista, 1(1). <https://doi.org/10.18617/liinc.v1i1.186>

RABELLO, R. **A face oculta do documento:** tradição e inovação o limiar da Ciência da Informação. Universidade Estadual Paulista – Unesp. Tese de doutorado em Ciência da Informação, Marília, 2009. Rabello, R. (2011).

RABELLO, R. **A dimensão categórica do documento na ciência da informação.** Encontros Bibli, vol. 16, nº 31, 2011, p. 131-156, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, Brasil.

RABELLO, R.; RODRIGUES, G. M. **Informação como prova ou monumento: materialidade, institucionalidade e representação.** Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102585>. Acesso em: 05 jun. 2023.

RABELLO, R. **Documento e institucionalidades:** dimensões epistemológica e política. // Encontros Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf. 23:51 (2018) 138-156.

RABELLO, R. **Informação institucionalizada e materializada como documento:** Caminhos E articulações Conceituais. Brazilian Journal of Information Science: Research Trends, vol. 13, nº 2, junho de 2019, p. 5-25, doi:10.36311/1981-1640.2019.v13.n2.02. p5-7.

RIBEIRO, Fernanda. SILVA, M. de Armando. **Ciência da Informação Trans e Interdisciplinar: para a superação de equívocos...**

RIBEIRO, Fernanda. **Gestão da Informação / Preservação da Memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário?:** Mesa-redonda de Primavera. [Em linha]. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. [Consult. 23 jun. 2018]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8861.PDF>.

RODRIGUES; Gabriela F.R.; BAPTISTA; Dulce Maria. **O retorno ao documento:** reaproximações entre a Ciência da Informação e a Documentação. Perspectivas em Ciência da Informação, v.26, número 2, p. 3-14, jun /2021.

RODRIGUES Gabriela F. R.; BAPTISTA, Dulce Maria. **O movimento neodocumentalista e a reaproximação entre ciência da informação e documentação: uma perspectiva histórico-conceitual.** Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib., João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 035-049, 2020.

RONDINELLI, R.C. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital:** uma revisão necessária. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade Federal

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais:** a cognição conectiva do Twitter. São Paulo: Paulus, 2010

SARACEVIC, T. (1995). A natureza interdisciplinar da ciência da informação. *Ciência Da Informação*, 24(1). <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v24i1.608>

SALDANHA, G.S. **O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”**. Informação Arquivística, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n. 1, p. 65-88, jan./jun., 2013. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/17>. Acesso em: 04 fev. 2020.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Editora, 2016.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda - Ciência da Informação trans e interdisciplinar: para a superação de equívocos... = Trans and interdisciplinary Information Science: for overcoming misunderstandings... In **Ciência da Informação: visões e tendências**. Coord. Maria Beatriz Marques, Liliana Esteves Gomes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020. ISBN 978-989-26-1895-1. p. 33-58.

SILVA, T.; STABILE, M. (Orgs.). **Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações**. São Paulo: Uva Limão, 2016. p. 163-185

SANTOS, E. V. D. A ciência da informação no contexto do paradigma pós-custodial e da pós-modernidade. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. 10, p. 3-16, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109275>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SILVA, C. M. A.; BRITO, M.; ORTEGA, C. D.; MEYRIAT, J.; (TRAD.), M. B.; (TRAD.), C. D. O.; (TRAD.), C. M. A. S. Documento, documentação, documentologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, p. 240-253, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37998>. Acesso em: 23 abr. 2023.

STEENSEN, S., & WESTLUND, O. (2020). **What is Digital Journalism Studies?** In *What is Digital Journalism Studies?* <https://doi.org/10.4324/9780429259555>

TADDICKEN, M., & WOLFF, L. (2020). **Fake News” in Science Communication: Emotions and Strategies of Coping with Dissonance Online**. *Media and Communication*, 8(1), 206217.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, R, Adriana. (Org.), **Fontes de informação digital**. Londrina: Eduel, 2016. 1 Livro digital: il.

VERMELHO, S. C., VELHO, A. P. M., BONKOVOSKI, A., & PIROLA, A. (2014). **Refletindo sobre as redes sociais digitais**. *Educação & Sociedade*, 35(126), 179–196. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000100011>

VIGNOLI, R. G.; RABELLO, R.; ALMEIDA, C. C. Informação, misinformation, desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 26, p. 1-31, 2021. DOI: [10.5007/1518-2924.2021.e75576](https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e75576) Acesso em: 05 jun. 2023.

WARDLE, Claire; e DERAKHSHAN, Hossein. “**Information Disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking”. 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>. Acesso em 13 de julho de 2023.

KEMP, Simon. Digital 2023: Brazil. Datareporterl, 2023. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>. Acesso em 13 de julho de 2023.

APÊNDICE

Formulário Aplicado:

O uso de plataformas de redes sociais para se informar

Objetivo: Compreender se as pessoas têm utilizado as plataformas de redes sociais para se manter informadas e se elas seriam sua principal fonte de informação.

1) Qual sua profissão?

2) Qual sua idade?

3) Sexo?

Feminino

Masculino

Outro

4) Qual seu nível escolar?

Ensino Fundamental

Ensino Médio

Ensino Superior

Pós-graduação

5) Cursou o ensino médio em instituição pública ou privada?

Pública

Privada

Ambos

6) A rede social é sua fonte principal de informação?

Sempre

A maior parte das vezes

Raramente

Às vezes

Nunca

7) Se a rede social é sua fonte principal de informação, por que prefere consultar a rede social ao invés de um site de algum jornal respeitado, por exemplo?

8) Se a rede social não é sua principal fonte de informação, por que prefere outras fontes de informação em lugar das plataformas de redes sociais?

9) Qual rede social mais usa para se manter informado?

Instagram

Facebook

WhatsApp

Twitter

Outro

10) O quanto você confia no *Facebook* como fonte para se manter informado?

Confio totalmente

Confio muito

Confio mais ou menos

Confio pouco

Não confio

11) O quanto você confia no *Twitter* como fonte para se manter informado?

Confio totalmente

Confio muito

Confio mais ou menos

Confio pouco

Não confio

12) Você costuma verificar a informação veiculada nessas plataformas (*Facebook*, *Twitter* e *WhatsApp*), usando por exemplo, alguma ferramenta de *fact checking* (checador de fato), como o *google fact check* (<https://toolbox.google.com/factcheck/explorer>), para se certificar se a notícia é falsa ou verdadeira, com qual frequência?

Sempre

Quase sempre

Pouco

Nunca

Quase nunca

13) Com que frequência você costuma compartilhar postagens que recebe de alguém ou que acessa diretamente em alguma rede social?

Sempre

Quase sempre

Pouco

Nunca

Quase nunca

14) Você compartilha notícia falsa sabendo que se trata de uma desinformação?

Sempre

Quase sempre

Pouco

Nunca

Quase nunca

15) Você já compartilhou uma notícia falsa sabendo se tratar de desinformação, alguma vez?

Sim

Não

16) E se sim, se já compartilhou, qual foi a sua intenção?

17) O alto número de compartilhamentos e de curtidas ('likes') influencia na hora de você acreditar que a informação é verdadeira?

Sempre

A maior parte das vezes

Às vezes

Quase nunca

Nunca

18) O baixo número de compartilhamentos e de curtidas (likes) influencia na hora de você acreditar que a informação é falsa?

Sempre

A maior parte das vezes

Às vezes

Quase nunca

Nunca

19) No geral, o que te faz acreditar que uma notícia é verdadeira quando a lê? (pode marcar mais de uma opção)

Se veio de uma marca reconhecida no mercado (Ex. Istoé; *Twitter*, *Veja*, *Facebook*, etc)

A procedência de quem repassou (compartilhou) comigo o post

A origem (quem é o autor da matéria?)

Se a notícia saiu nas grandes mídias ao mesmo tempo

Se o post teve bom engajamento (muitas curtidas, compartilhamentos e comentários)

Se o assunto estiver 'em alta'

Outro _____

20) Você consome informações sobre política em plataformas de redes sociais com qual frequência?

Sempre

Quase sempre

Pouco

Nunca

Quase nunca

21) Qual a plataforma de rede social você mais usa para consumir informação sobre política?

Instagram

Facebook

WhatsApp

Twitter

Outro

22) Se informa através do perfil de algum influenciador digital?

23) Se informa através do perfil de algum jornalista?

24) Notícias nas plataformas de redes sociais digitais são imparciais?

25) Pensa em mudar seus hábitos de se informar ou tende a permanecer usando as plataformas de redes sociais?

26) O que te motiva a compartilhar uma informação?

27) O que te faz acreditar que uma notícia é verdadeira quando a lê?

Se a notícia saiu nas grandes mídias ao mesmo tempo

A origem da fonte (quem é o autor da matéria)

Se veio de uma marca reconhecida (IstoÉ, Veja, etc)

Se o assunto estiver "em alta"

Se o post teve bom engajamento

Outro

28) Acredita que a desinformação pode ser prejudicial?

Sim

Não

29) Quais os pontos negativos de se informar por plataformas de rede social?